

Veículo: RÁDIO SANTA CRUZ 1090 AM ILHÉUS	
Data: 10/12/2020	Programa: PATRULHANDO A CIDADE
Assunto: Gastos com a pandemia chegam a R\$ 701,3 milhões, mas Bahia mantém equilíbrio fiscal. <u>Secretário da Fazenda, Manoel Vitorio</u> , apresentou números na Assembleia.	

Data: 10/12/2020

Hora: 15:56:39

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ 1090 AM ILHÉUS

Programa: PATRULHANDO A CIDADE

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Gastos com a pandemia chegam a R\$ 701,3 milhões, mas Bahia mantém equilíbrio fiscal. **Secretário da Fazenda, Manoel Vitorio**, apresentou números na Assembleia.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Qui , 10/12/2020 às 13:43 | Atualizado em: 10/12/2020 às 13:48

Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

Redação



No próximo dia 17, A Nota Premiada Bahia vai distribuir, para 91 participantes, ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “Minha Conta”, e em seguida clicar em “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da **Sefaz-Ba** (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

Veículo: Site Acorda Cidade	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 10/12/2020 16h59.

Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “ Minha Conta” , e em seguida clicar em “ Bilhetes” .

Mudar o tamanho da letra: A+ A-



Foto: Mateus Pereira/GOVBA
Acorda Cidade

A Nota Premiada Bahia vai tornar o Natal mais feliz para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Serão distribuídos ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no [site](#).

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “Minha Conta”, e em seguida clicar em “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no [site](#) e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.041 pessoas, das quais 659 de Salvador, 381 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Camaçari Notícias	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

INÍCIO

CANAIS ▾

ENTREVISTAS ▾

ARTIGO

MULTIMÍDIAS

VAGAS

CLASSIFICADOS

MUR

ECONOMIA

Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17



A Nota Premiada Bahia vai tornar o Natal mais feliz para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Serão distribuídos ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção "Minha Conta", e em seguida clicar em "Bilhetes". A busca deve ser filtrada pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a

inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.041 pessoas, das quais 659 de Salvador, 381 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 10/12/2020	



Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

10 dezembro 2020



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Nota Premiada Bahia vai tornar o Natal mais feliz para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Serão distribuídos ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “Minha Conta”, e em seguida clicar em “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.041 pessoas, das quais 659 de Salvador, 381 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Site Voz da Bahia	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias



Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

Por
Fernanda Pinheiro

10 de dezembro de 2020 às 17:33



Foto: Divulgação

No próximo dia 17, A Nota Premiada Bahia vai distribuir, para 91 participantes, ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “Minha Conta”, e em seguida clicar em “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da

Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado. (A Tarde)

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias



Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

10 de dezembro de 2020 - 17:00



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Nota Premiada Bahia distribui R\$ 1 milhão em prêmios no próximo dia 17

10 de dezembro de 2020 - 17:00



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Nota Premiada Bahia vai tornar o Natal mais feliz para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Serão distribuídos ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Todos os participantes da campanha que realizaram compras e inseriram o CPF na nota em novembro, mês de referência para este sorteio, estão concorrendo às premiações e já podem conferir seus bilhetes no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Após acessar o site e fazer o login para a área restrita, o participante deve escolher a opção “Minha Conta”, e em seguida clicar em “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada

pelo mês de novembro, onde é possível consultar todas as páginas disponíveis. O resultado do sorteio será publicado no site da Nota Premiada e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.041 pessoas, das quais 659 de Salvador, 381 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

A TARDE

INOVAÇÃO

Relatório de contas do governo tem versão cidadã em quadrinhos

DA REDAÇÃO

Os documentos que integram o relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da Bahia, relativas ao exercício de 2019, incluíram uma inovação este ano. Foi apresentado pelo relator das contas do Poder Executivo, Inaldo da Paixão Santos Araújo, ao plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), ontem, uma ver-

são cidadã transformada em revista em quadrinhos.

Ela também pode ser utilizada como material de apoio em atividades didáticas e em ações de estímulo ao exercício da cidadania e do controle social. Ainda compõe o conjunto documental uma versão simplificada e uma versão resumida, ambas também destinadas a facilitar ao máxi-

mo o entendimento, por parte dos cidadãos, acerca da realidade da situação administrativa e financeira da administração estadual.

O material foi apresentado ao plenário do TCE-BA na sessão de ontem, feita por videoconferência e transmitida online pelo conselheiro-corregedor Inaldo da Paixão Santos Araújo. Ele destacou a grande responsabilidade que é relatar as contas governamentais.

Gov-BA/ Divulgação



Versão em quadrinhos foi apresentada no TCE-BA

O presidente do TCE, Gil-dásio Penedo Filho, ao comentar sobre a entrega do conjunto de documentos, elogiou a qualidade e as inovações e ressaltou que as versões simplificadas e ilustradas "se constituem em mais uma ferramenta de estímulo e apoio à cidadania".

O acesso à íntegra do material pode ser feito no site do TCE (www.tce.ba.gov.br).

Veículo: Site A Tarde	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Qui , 10/12/2020 às 17:56 | Atualizado em: 10/12/2020 às 18:00

Relatório das contas do Governo tem Versão Cidadã em quadrinhos

Redação



Os documentos integrantes do Relatório e Parecer Prévio sobre as contas do governo da Bahia, relativas ao exercício de 2019, incluíram uma inovação este ano. Foi apresentado pelo relator das contas do Poder Executivo, Inaldo da Paixão Santos Araújo, ao plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), nesta quinta-feira, uma Versão Cidadã transformada em revista em quadrinhos.

Ela também pode ser utilizada como material de apoio em atividades didáticas e em ações de estímulo ao exercício da cidadania e do controle social. Ainda compõe o conjunto documental uma versão simplificada e uma versão resumida, ambas também destinadas a facilitar ao máximo o entendimento, por parte dos cidadãos, acerca da realidade da situação administrativa e financeira da administração estadual.

O material foi apresentado ao plenário do TCE/BA durante a sessão desta quinta-feira, 10, realizada por meio de videoconferência e transmitida online, pelo conselheiro-corregedor Inaldo da Paixão Santos Araújo, relator das contas do Poder Executivo, destacando a grande responsabilidade que é relatar as contas governamentais, tarefa que exige muito empenho, para acrescentar:

As pessoas interessadas em ter acesso à íntegra do material do Relatório e Parecer Prévio das Contas de Governo, podem fazê-lo por meio dos links abaixo:

<https://www.tce.ba.gov.br/control-e-externo/contas-de-governo/contas-de-governo-2019?view=article&id=5403:contas-de-governo-2020&catid=108>

Revista em quadrinhos O Controle na Nossa Mão

https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/contas_de_governo_2019/cartilha_tce_2020/

Encarte Versão Cidadã

https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/contas_de_governo_2019/encarte_2019/

Veículo: Site A Tarde	
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Qui , 10/12/2020 às 16:14 | Atualizado em: 10/12/2020 às 16:16

Bahia prorroga incentivo fiscal para aquisição de embarcações turísticas

Da Redação



O Governo da Bahia prorrogou, até 31 de dezembro de 2022, o decreto que diz respeito à tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) para a compra de embarcações por empresas prestadoras de serviços de aluguel e turismo.

O decreto determina a continuidade da postergação do pagamento do tributo na importação ou aquisição de componentes, partes e peças de embarcações produzidos no estado. No caso da importação de embarcações de recreio ou esporte por empresas de serviços de aluguel e turismo, além de postergar o pagamento do ICMS, o Governo da Bahia manteve a redução da alíquota, equivalente a 7%.

A resolução foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) na última terça-feira, 8, no decreto que atualiza a regulamentação do ICMS e contempla iates e outros barcos, bem como embarcações de recreio ou de esporte, além de barcos a remo e canoas. Para ter direito aos benefícios, as empresas devem solicitar habilitação junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Turismo
Data: 10/12/2020	



Bahia prorroga incentivo fiscal para aquisição de embarcações turísticas

10 dezembro 2020



Foto: Tatiana Azeviche

O Governo da Bahia prorrogou, até 31 de dezembro de 2022, o decreto 12.415/2010, que diz respeito à tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) para a compra de embarcações por empresas prestadoras de serviços de aluguel e turismo.

O decreto determina a continuidade da postergação do pagamento do tributo na importação ou aquisição de componentes, partes e peças de embarcações produzidos no estado. No caso da importação de embarcações de recreio ou esporte por empresas de serviços de aluguel e turismo, além de postergar o pagamento do ICMS, o Governo da Bahia manteve a redução da alíquota, equivalente a 7%.

A resolução foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) na última terça-feira (8), no decreto que atualiza a regulamentação do ICMS e contempla iates e outros barcos, bem como embarcações de recreio ou de esporte, além de barcos a remo e canoas. Para ter direito aos benefícios, as empresas devem solicitar habilitação junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.



Foto: Rita Barreto

Para o secretário estadual de Turismo, Fausto Franco, a medida beneficia o setor turístico, justamente no momento em que a Bahia é contemplada por investimentos visando a fomentar o segmento náutico. “Estamos numa etapa avançada do Prodetur, com a implantação e requalificação de equipamentos náuticos na Baía de Todos-os-Santos para aproveitar o potencial da região e também gerar emprego e renda para a população local”, esclarece.

Prodetur

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) contempla 18 municípios à margem da Baía de Todos-os-Santos, dentre eles, Salvador, Maragogipe, Salinas da Margarida, Itaparica e Vera Cruz.

Ao todo, estão previstas a implantação de quatro bases náuticas (Penha, em Salvador; Itaparica; Salinas da Margarida; e Cacha Pregos, em Vera Cruz), seis terminais turísticos (Botelho e Bom Jesus dos Passos, em Salvador; Maragojipe; Cachoeira; Jaguaripe; e Mutá, em Salinas da Margarida). Também os atracadouros do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, em Candeias, junto com a grande restauração do equipamento cultural, e do Solar do Unhão (Museu de Arte Moderna), na capital, que inclui ainda a reforma do restaurante.

Fonte: Ascom/Setur

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Como o governo pode simplesmente expulsar as federações e vender o espaço dos esportistas amadores? Para onde vão? Esse é o seu projeto para o esporte? É absurdo!

Téo Senna

Vereador pelo PSDB de Salvador, sobre a decisão do governador Rui Costa (PT) de vender o imóvel na Praça Castro Alves que abriga sedes de federações esportivas baianas em Salvador

Cozinha fechada

Ligada à família do senador Ângelo Coronel (PSD) e conhecida por manter contratos milionários para fornecimento de comida nos hospitais públicos do estado, a Sabore Cia foi incluída na lista de empresas fichas-sujas impedidas de participar de licitações do governo baiano. Em portaria assinada no último dia 2, o secretário estadual da Administração, Edelvino Góes, declarou a Sabore Cia inidônea e a proibiu de licitar em todas as instâncias geridas direta ou indiretamente pelo poder público por cinco anos. A empresa havia sido punida com a inidoneidade em 10 de novembro de 2016, mas reverteu a decisão através de liminar concedida pela Justiça. Desde então, firmou diversos contratos junto a hospitais como o Roberto Santos e o HGE.

LAÇOS FAMILIARES

Conforme revelado pela Satélite em 9 de janeiro de 2019, a Sabore Cia tinha entre os sócios Mariana Depra Ferrari Martins, casada com o deputado estadual Diego Coronel (PSD), filho e principal herdeiro político do senador. Antes, o próprio Diego esteve à frente da empresa.

Máquina do tempo

Pouco tempo após a coluna noticiar a ligação da nora de Ângelo Coronel com a Sabore Cia e repasses de alto valor sobre contratos sem licitação com a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), Mariana Martins deixou o quadro de sócios. Em seu lugar, entrou Thiago Passos Motta, parceiro dela em clínicas credenciadas ao Detran. Há mais de quatro anos, a empresa de comida hospitalar foi acusada de fraudar documentos para ganhar a disputa pelo fornecimento de alimentação aos pacientes do Roberto Santos. No entanto, só agora o governo restabeleceu a punição contra ela, em cumprimento a uma ordem judicial.

Segunda temporada

O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, continuará no comando da pasta na gestão do prefeito eleito Bruno Reis (DEM). Em reunião recente, o prefeito ACM Neto e o sucessor convenceram Prates a ficar no cargo, sob o argumento de que seria bastante arriscado mudar a direção do órgão em meio à segunda onda de covid. Para quebrar a resistência do secretário, que estava decidido a retomar o mandato na Assembleia Legislativa para pavimentar a candidatura a deputado federal pelo PDT em 2022, ambos garantiram apoio máximo a ele na próxima eleição.

Caixa-preta

O secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, restringiu o acesso às estatísticas de mortes violentas na capital desde 25 de novembro. De lá para cá, os dados só estão disponíveis ao núcleo-duro da SSP. Nem delegados graduados da Civil ou oficiais da PM fora do círculo próximo a Barbosa podem visualizar os números, que deixaram de ser atualizados no sistema de ocorrências policiais. A limitação coincide com o pico de homicídios no mês passado, o mais sangrento da pandemia.

Perdas e danos

Deputados baianos aliados ao presidente da Câmara acham que a chance de Rodrigo Maia (DEM-RJ) fazer o sucessor ficou difícil após Marcos Pereira (Republicanos-SP) sair do bloco. Com Pereira em voo solo, a pista de Arthur Lira (PP-AL), nome do Planalto, está mais limpa.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



 @donaldsongomes

ESCOLHA ACERTADA

A Polo Salvador registrou nos últimos três meses o melhor desempenho de toda a sua história. O diretor da empresa, Hari Hartmann, que é também presidente do Sindvest e conselheiro de Sustentabilidade da FIEB, creditou o resultado a uma decisão no início da pandemia: cuidar dos colaboradores e não demitir. Em conversa comigo na live Política & Economia, Hari lembrou que valorizar as pessoas sempre foi uma política da empresa, assim como a busca por inovação e uma atuação sustentável. A resposta dos empregados foi um aumento de 20% na produtividade média, conta. Para Hari Hartmann, o bom desempenho da Polo Salvador, que fornece fardamentos para empresas, é um sinal de aquecimento do setor produtivo na reta final do ano. Vale a pena conferir a íntegra do bate-papo no Instagram do CORREIO (@correio24horas).

🗨️ **Nós estamos tendo que trabalhar aos sábados para atender à demanda do mercado**
Hari Hartmann

Diretor da Polo Salvador

Frota ampliada

A baiana Larco Distribuidora de Petróleo segue em franca expansão nacional e agora conta com 180 super bitrens. Em novembro a empresa comprou 30 novos veículos do tipo, com um investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões. O aumento da frota vai tornar a empresa mais produtiva e competitiva, explica Márcio Sales, diretor de operações da marca. "A Larco vem mantendo os investimentos, apostando na retomada e nas oportunidades que surgem com a crise. É preciso ter resiliência e perseverança para superar os desafios", afirma. Já em 2021, a Larco deve chegar à marca de 250 super bitrens.

Compre Local

A campanha Compre Local da RedeMix, que já conta com cerca de dois mil produtores cadastrados e tem um impacto estimado em 50 mil pessoas em todo o Estado da Bahia, ganha espaço também na nova loja da rede. Localizada na Ondina, a nova unidade vai gerar 120 novos empregos diretos e será mais um espaço para o fortalecimento da campanha.

Desdobramento

Listado na bolsa de valores desde 2018, o Grupo Hapvida realizou o desdobramento de suas ações na proporção de 1 para 5. Dessa forma, para cada 1 ação detida pelos acionistas, foram recebidas 4 novas ações e o valor por ação foi dividido por 5. O "split" tem o objetivo principal de aumentar a liquidez das ações, tornando os papéis da empresa mais acessíveis aos investidores. As ações HAPV3, lançadas em abril/2018 a R\$23,50 vinham sendo negociadas mais recentemente por pouco mais de R\$ 70.

NO HORIZONTE

● **Crescimento.** A NIBS - Transformação, Marketing e Inovação de Negócios, nova agência do publicitário Gustavo Queiroz (ex-sócio de Nizan Guanais no Grupo ABC), está registrando um crescimento de 40% este ano.

50

mil pessoas já foram impactadas pela campanha da RedeMix

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Governo veta socorro de R\$ 4 bi para empresas de ônibus

AJUDA O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que destinava R\$ 4 bilhões a empresas de transporte coletivo, como ônibus, trem e metrô. O veto ao projeto de lei 3.364/2020 por "inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público" foi publicado no Diário Oficial da União de ontem.

O texto previa o repasse dos recursos a estados, ao Distrito Federal e aos municípios com mais de 200 mil habitantes, em caráter emergencial, para socorrer as empresas e garantir a prestação dos serviços em razão do estado de calamidade pública causado pela pandemia de coronavírus. Os deputados e senadores podem derrubar o veto.

Na justificativa do veto, o governo alega que a medida fixa despesa sem apresentar estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro. Além disso, a proposta ultrapassa o período de calamidade pública, que termina neste mês, e poderia acarretar redução de receita após 2020, o que exigiria a apresentação de medida de compensação, segundo o veto.

Pelo texto aprovado por deputados e senadores, as empresas precisariam cumprir uma série de requisitos para receber os recursos. Entre os compromissos estabelecidos, por exemplo, a revisão dos contratos de prestação do serviço público coletivo de passageiros até 31 de dezembro de 2021 e diretrizes para redução gradual de emissões de poluentes.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Onze integrantes da equipe econômica se reuniram com o presidente da República e tiraram uma foto. Dias atrás. Todos eles sem máscara no meio de uma pandemia. É o retrato de uma equipe que se rendeu ao presidente. Aos seus erros. Economistas sabem ler as curvas de tendências e elas mostram aumento dos casos e das mortes. Economistas também sabem o que é hedge, seguro contra risco. Os equipamentos de proteção individual têm esse papel. Equipe econômica que acerta é aquela que defende suas convicções contra as conveniências políticas ou os equívocos do chefe do governo.

Os gestos de pessoas públicas induzem comportamentos. O não uso de máscara estimula uma atitude perigosa que tem feito vítimas. Render-se a essa imposição do presidente pode parecer apenas um detalhe, mas representa muito mais. Resume o principal erro desta equipe econômica, que é a rendição incondicional ao presidente. Mesmo quando ele está completamente errado.

Até agora, a equipe não entregou o programa que prometeu e não o fez exatamente pelo mesmo motivo que a leva a não usar

a máscara para agradar o presidente. O ministro Paulo Guedes não tem sido capaz de convencer Bolsonaro das etapas indispensáveis do seu programa. Não há nada de liberal no atual governo. Guedes não fez a abertura do comércio, mas aceitou estimular a importação de armas. Não livros, não computadores, nenhum outro bem ficou dispensado de impostos. O comércio livre de tributos ficou apenas para revólveres e pistolas.

Um momento importante que salvou o projeto de consolidação do Plano Real foi quando todos os integrantes da equipe econômica, em 1995, foram ao Palácio do Alvorada à noite avisar que pediram demissão coletiva caso o presidente Fernando Henrique cedesse no meio da crise bancária. Havia pressão política contra a intervenção no

Equipe econômica se curva às vontades de Bolsonaro, desde o uso de máscaras à elaboração e envio de reformas econômicas

Banco Econômico, vinda de um aliado do presidente, o poderoso Antônio Carlos Magalhães. A bancada da Bahia era grande e havia propostas econômicas importantes dependendo de aprovação. A reunião terminou de madrugada, mas a equipe garantiu a autonomia para fechar o banco e continuar enfrentando a crise.

Bolsonaro já demitiu secretário da Receita, presidente do BNDES, mandou arquivar ideias, desidratou reformas. O país está

há nove meses em uma pandemia e a equipe não formulou uma proposta sustentável de ampliação da rede de proteção social, nem uma proposta crível para o futuro das contas públicas. As ideias são bombardeadas pelo presidente, e o ministro as recolhe.

A PEC emergencial atropelou uma proposta maior e melhor feita no legislativo, a do deputado Pedro Paulo. Teve uma tramitação confusa e foi perdendo consistência. Foi misturada a outras duas medidas e o que economizaria bilhões vai na verdade poupar alguns milhões. Se for aprovada, a reforma administrativa foi engavetada por um tempo e depois esvaziada por Bolsonaro. Quando chegou no Congresso era uma sombra da que havia sido concebida.

O ministro Paulo Guedes com

uma frequência monótona defende ideias abstratas, em vez de formular propostas concretas. Desiste de projetos, diante da primeira cara feia do presidente. E vive no mesmo estado de negação de Bolsonaro. Primeiro achava que o Brasil não seria atingido pela pandemia, um equívoco de avaliação que atrasou a adoção de medidas. Agora diz que não haverá a segunda onda, quando as curvas de mortes e contaminações já estão subindo. Os bons gestores trabalham com o princípio da precaução. Economistas fazem cenário e se preparam para as contingências.

Essa foto do ministro e seus assessores ao lado de Jair Bolsonaro sem máscaras é um detalhe eloquente. Eles sorriem num país que vive uma tragédia sanitária, que está de novo se agravando, e que não tem um plano de vacinação. É fundamental que o Ministério da Economia se prepare para esse novo agravamento da Covid-19 e que faça tudo o que for da sua alçada para garantir o melhor cenário na economia, que só acontecerá com a vacinação em massa da população brasileira.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

STF AUTORIZA INSS A DOBRAR PRAZO PARA APOSENTADORIA

BENEFÍCIOS O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou acordo judicial que permite ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dobrar os prazos para concessão de aposentadorias. A decisão do ministro Alexandre de Moraes foi publicada ontem e faz referência a acordo firmado entre o INSS e o Ministério Público Federal (MPF) para ajudar a zerar as filas de espera por benefícios. As informações são do jornal Correio Brasiliense. O INSS teve a ampliação do prazo de 45 para 90 dias em quase todos os tipos de aposentadoria, com exceção das provocadas por invalidez, que permanecem com o prazo original. O BPC (Benefícios de Prestação Continuada), pago para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, também terá o prazo elevado de 45 para 90 dias. O ministro Alexandre de Moraes ressaltou que o acordo atende prescrições legais e é de relevante interesse público no atual período de crise.

VOTORANTIM TEM

Brasil produzirá 265,9 milhões de toneladas de grãos, diz Conab

AGRONEGÓCIO A produção de grãos no Brasil deverá ser recorde, apesar de menor do que a estimada em novembro. Segundo o terceiro levantamento da safra de grãos 2020/21, divulgado ontem, em Brasília, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa é de que o país colha 265,9 milhões de toneladas este ano.

"Isso significa 3 milhões a menos do que o estimado em novembro. Essa queda tem relação com a grave seca que assolou parte da região Sul do país, reduzindo a produtividade, especialmente do milho. Felizmente, a soja e o arroz na região não foram impactados como o milho e seguem com estimativas próximas às do mês passado", disse o presidente da Conab, Samuel Melo Júnior.

"Mesmo assim, podemos dizer que houve um aumento de 3,5% no comparativo com a safra de 2019/2020, e novo recorde para o Brasil", complementou. O percentual citado por Melo Júnior representa um aumento de 9 milhões de toneladas na colheita, se comparada aos números do ano anterior.

O levantamento prevê crescimento de 1,6% sobre a área da safra 2019/20, totalizando 67 milhões de hectares cultivados. "São 119 mil hectares a menos do que o esti-



PAULO WHITAKER/AGÊNCIA BRASIL

O levantamento da Conab estima também que o Brasil baterá recorde de exportação de grãos em 2020

mado no levantamento de novembro, mas representa crescimento de 1,6% sobre a área da safra anterior", acrescentou o presidente.

Soja e milho correspondem a 89% da produção de grãos, considerada pela Conab para essa temporada, em meio aos 16 produtos que têm seus volumes acompanhados. A produção de soja deve ficar em 134,5 milhões de toneladas, quantidade que mantém o Brasil como o maior produtor mundial. A

área destinada à produção da oleaginosa tem estimativa de ser ampliada em 3,3%, segundo o levantamento.

O milho primeira safra deve apresentar redução de 2,1% na área de cultivo.

A Conab estima ainda em 3,1 milhões de toneladas a produção total de feijão no país e projeção de crescimento de 3,2% na área plantada de arroz. Das 10,9 milhões de toneladas projetadas, 10 milhões serão produzidas em áreas irrigadas.

IBGE: Vendas do varejo sobem 0,9% em outubro

CONSUMO O volume de vendas do comércio varejista no Brasil registrou uma alta de 0,9% na passagem de setembro para outubro de 2020. Essa foi a sexta alta consecutiva do setor, que apresenta resultados positivos desde maio deste ano. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo também teve altas de 1,4% na média móvel trimestral, de 8,3% na comparação com outubro de 2019, de 0,9% no acumulado do ano até o momento e de 1,3% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de setembro para outubro, sete das oito atividades pesquisadas tiveram

8,3%
foi a alta do volume de vendas do varejo em outubro deste ano em relação ao mesmo mês em 2019, disse o IBGE

Abate de frangos e produção de ovos na Bahia batem recorde

SALDO POSITIVO No terceiro trimestre de 2020, o abate de frangos na Bahia foi de 31.922.314 animais. O número representa recorde para o estado na série histórica do IBGE, iniciada em 1997. Até então, o melhor resultado havia sido no 1º trimestre deste ano, com o abate de

alta: tecidos, vestuário e calçados (6,6%), livros, jornais, revistas e papelaria (6,6%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (3,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,9%), combustíveis e lubrificantes (1,1%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (alta de 0,6%).

A exceção ficou por conta do segmento de móveis e de eletrodomésticos, que registrou um recuo de 1,1% de setembro para outubro.

No varejo ampliado, que inclui também a análise dos setores de veículos, motos, partes e peças e de materiais de construção, a alta do volume de vendas chegou a 2,1%, devido aos crescimentos de 4,8% dos veículos e

peças e de 0,2% dos materiais de construção.

O varejo ampliado cresceu 6% na comparação com outubro, mas recuou 2,6% no acumulado do ano e 1,4% no acumulado de 12 meses.

Em relação à receita nominal, o comércio varejista cresceu 2% na comparação com setembro deste ano, 15,9% em relação a outubro de 2019, 4,9% no acumulado ao longo do ano de 2020 e 5,1% em 12 meses.

Já o varejo ampliado teve, em sua receita nominal, altas de 3,1% na comparação com o setembro, 13,4% em relação a outubro do ano passado, 1,3% no acumulado do ano e 2,2% no acumulado de 12 meses.

De acordo com o gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, o patamar atual de vendas supera em 2,8% o pico mais alto do setor na série histórica.

31,8 milhões de frangos.

O resultado do 3º trimestre foi 4,2% superior ao do trimestre anterior (30,6 milhões) e 2,3% superior ao período em 2019 (31,1 mi).

No Brasil, no 3º trimestre de 2020, foram abatidas 1,512 bilhão de cabeças de frango, melhor resultado

para um 3º trimestre na série histórica do IBGE. O número representa crescimento de 7,0% em relação ao 2º trimestre deste ano (1,414 bilhão) e de 2,8% frente ao mesmo trimestre do ano anterior (1,471 bilhão).

A Bahia é o 9º estado no ranking, atrás do Paraná.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,009	R\$ 5,029
Dólar Turismo	R\$ 5,267	R\$ 5,303
Euro Turismo	R\$ 6,1	R\$ 6,12

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	10.026,3	-0,8%

POUPANÇA

10/12/2020	0,78%
------------	-------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,8%	2,0%	4,3%
INPC/IBGE	0,66%	0,9%	5,0%
ISP-M/FGV	0,8%	2,0%	24,0%

MARCAS VALIOSAS

Bancos Itaú e Bradesco repetiram o desempenho de 2019 e seguiram como as marcas mais valiosas do país em 2020, mostra um levantamento da consultoria Interbrand divulgado ontem. A marca Itaú alcançou um valor de R\$ 37,383 bilhões; enquanto a marca Bradesco chegou a R\$ 26,293 bilhões. A Skol foi a 3ª mais valiosa.

Veículo:Correio

Data: 11/12/2020

© QUE A BAHIA QUEIR SABER
Correio*

Servidores públicos fazem carreata contra a reforma administrativa



Cerca de 60 carros participaram do protesto ontem

DO CAMPO GRANDE A BOCA DO RIO Servidores públicos baianos realizaram uma carreata contra a reforma administrativa ontem. Cerca de 60 veículos saíram do Campo Grande com direção à Boca do Rio e marcou o Dia Nacional de Mobilização e Luta contra a Reforma Administrativa e em Defesa do Serviço Público.

A carreata foi organizada pelo Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público, que foi lançado em julho deste ano, com apoio do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia (Safiteba).

Diretor financeiro do Safiteba, Rivaldo Moraes participou colando adesivos em carros e afirmou que o ato tinha como objetivo dar um basta ao desmonte do serviço público e à retirada de direitos no Brasil. Entre os pontos do texto, proposto no governo Jair Bolsonaro, destaca-se o fim da estabilidade para novos servidores. "Almejamos chamar a atenção da população para os riscos dessa reforma administrativa", afirmou Rivaldo.

●● Almejamos chamar a atenção da população para os riscos da reforma administrativa
Rivaldo Moraes

Diretor financeiro do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia

Veículo: Política Livre	
Data: 11.12.2020	Caderno: Economia



TCE/BA: Relatório das contas do Governo tem Versão Cidadã em quadrinhos

BAHIA

Os documentos integrantes do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia, relativas ao exercício de 2019, incluíram uma inovação importante este ano, com a Versão Cidadã transformada em revista em quadrinhos, com uma linguagem muito simples de modo a se tornar acessível ao maior número possível de cidadãos baianos e, inclusive, ser utilizada como material de apoio em atividades didáticas e em ações de estímulo ao exercício da cidadania e do controle social. Ainda compõe o conjunto documental uma versão simplificada e uma versão resumida, ambas também destinadas a facilitar ao máximo o entendimento, por parte dos cidadãos, acerca da realidade da situação administrativa e financeira da administração estadual.

O material foi apresentado ao plenário do TCE/BA durante a sessão desta quinta-feira (10), realizada por meio de videoconferência e transmitida online, pelo conselheiro-corregedor Inaldo da Paixão Santos Araújo, relator das contas do Poder Executivo, destacando a grande responsabilidade que é relatar as contas governamentais, tarefa que exige muito empenho, para acrescentar que “o fato de já ter sido relator anteriormente, daquelas do exercício de 2012, não torna essa incumbência mais fácil ou mais simples. Na verdade, cada conta relatada traz uma peculiaridade. E estas contas de 2019 envolveram uma situação única e específica: a questão da pandemia. Trabalhar em equipe e a distância foi um grande desafio, que só poderia ser e foi superado com muito empenho. Por isso, antes de mais nada, o meu sentimento é de gratidão. Sou imensamente grato a todos os que participaram do trabalho e o tornaram possível: à equipe técnica desta Casa, àqueles que fizeram parte da comissão, àqueles que nos deram apoio e, especialmente, aos servidores do meu gabinete que me auxiliaram diretamente”.

CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL

O presidente Gildásio Penedo Filho, ao comentar sobre a entrega do conjunto de documentos, elogiou a qualidade e as inovações do conjunto de documentos e declarou que “as versões simplificadas e ilustradas do Relatório das Contas do Poder Executivo se constituem em mais uma ferramenta de estímulo e apoio à cidadania, possibilitando ao cidadão, numa linguagem extremamente acessível, tomar conhecimento da realidade da situação administrativa e financeira do Estado. Com isso, também se potencializa o controle social, permitindo à sociedade acompanhar de forma plena como estão as contas do Governo”.

A versão impressa do Relatório e Parecer Prévio das Contas de Governo é composta por sete volumes, destacando os vários segmentos do conjunto oficial, tais como a Seção Analítica, o Parecer do Ministério Público de Contas e a Seção Conclusiva. A versão simplificada e a versão resumida, também apresentam os principais pontos do Relatório e do Parecer Técnico, buscando passar uma mensagem clara para toda a sociedade. Já a versão cidadã “Contas na Palma da Mão”, em formato de revista em quadrinhos, com um encarte, possibilita uma grande tiragem, alcançando um número maior de pessoas. A revista foi planejada pela equipe do Gabinete do conselheiro Inaldo e ilustrada pelo artista e designer gráfico Gentil, com roteiro produzido pelo jornalista Chico Castro.

Os documentos serão encaminhados pelo TCE/BA para os órgãos da administração estadual e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas da União e Tribunais de Contas Estaduais, para a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e os Tribunais de Contas de Portugal e da Grécia. Também deverão receber exemplares das publicações, os presidentes e as bibliotecas dos Tribunais de Contas de todo Brasil, o governador e o vice-governador da Bahia, entre outras autoridades, além de veículos de comunicação, comunicadores, universidades, secretários de Estado e unidades escolares públicas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 11/12/2020	Página: 02

Tribuna

Quadrinhos

Os documentos integrantes do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia, relativas ao exercício de 2019, incluíram uma inovação importante este ano, com a Versão Cidadã transformada em revista em quadrinhos, com uma linguagem muito simples de modo a se tornar acessível ao maior número possível de cidadãos baianos e, inclusive, ser utilizada como material de apoio em atividades didáticas e em ações de estímulo ao exercício da cidadania e do controle social. Ainda compõem o conjunto documental uma versão simplificada e uma versão resumida, ambas também destinadas a facilitar ao máximo o entendimento, por parte dos cidadãos, acerca da realidade da situação administrativa e financeira da administração estadual.

Relatório das contas do governo tem versão em HQ

DA REDAÇÃO

Os documentos integrantes do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia, relativas ao exercício de 2019, incluíram uma inovação importante este ano, com a Versão Cidadã transformada em revista em quadrinhos, com uma linguagem muito simples de modo a se tornar acessível ao maior número possível de cidadãos baianos e, inclusive, ser utilizada como material de apoio em atividades didáticas e em ações de estímulo ao exercício da cidadania e do controle social. Ainda compõe o conjunto documental uma versão simplificada e uma versão resumida, ambas também destinadas a facilitar ao máximo o entendimento, por parte dos cidadãos, acerca da realidade da situação administrativa e financeira da administração estadual.

O material foi apresentado ao plenário do TCE/BA durante a sessão desta quinta-feira (10.12), realizada por meio de videoconferência e transmitida online, pelo conselheiro-corregedor Inaldo da Paixão Santos Araújo, relator das contas do Poder Executivo, destacando a grande responsabilidade que é relatar as contas governamentais, tarefa que exige muito empenho, para acrescentar:

- O fato de já ter sido relator anteriormente, daquelas do exercício de 2012, não torna essa incumbência mais fácil ou mais simples. Na verdade, cada conta relatada traz uma peculiaridade. E estas contas de 2019 envolveram uma situação única e específica: a questão da pandemia. Trabalhar em equipe e a distância foi um grande desafio, que só poderia ser, e foi, superado com muito empenho. Por isso, antes de mais nada, o meu sentimento é de gratidão.

Tribuna

Rui Costa associa aumento da violência à crise econômica do país

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), associou ontem o aumento da criminalidade à crise econômica do país. Segundo ele, se ampliou as "tensões sociais" por causa da queda no ritmo da atividade econômica. "A violência não deve ser encarada exclusivamente como uma questão da segurança pública. A crise econômica no Brasil, que tem aumentado os índices de desemprego e pobreza, por

exemplo, amplia tensões sociais e isso se reflete no crescimento da violência pelo país", avaliou, em uma postagem nas redes sociais.

Na avaliação do governador, a situação não será resolvida apenas com o endurecimento da ação policial. "De um lado, devemos ter a firmeza das forças policiais no enfrentamento da criminalidade, mas por outro temos que gerar oportunidades, emprego e renda para a população. Assegurar dignidade e qualidade de vida às pessoas e combater as desigualdades sociais",

acrescentou.

No bairro do Nordeste de Amaralina, em Salvador, a Polícia Militar da Bahia tem ocupado há 10 dias a região em uma operação contra o tráfico de drogas. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ação tem como objetivo combater um grupo criminoso que atua na localidade e evitar a formação de "bundes" que planejam crimes e tentam expandir o domínio pelo tráfico de drogas em outras regiões.

Com apoio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), os polici-

O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa (PT), associou ontem o aumento da criminalidade à crise econômica do país



ais chegaram a retirar obstáculos colocados pelos criminosos para dificultar o acesso de viaturas. "Dentro dessa operação, estava a questão da estabilização. Hoje nós

estamos com o Nordeste de Amaralina estabilizado pelas forças policiais. A inteligência levantou onde tinha os dados físicos que impediam o trânsito de nossas viaturas, o trânsito

de veículos de emergências e o trânsito até da comunidade. Com isso, foi montado essa operação dentro da operação Nordeste", declarou o tenente coronel Elias Neves.



Kandir

Em meio à disputa pela sucessão das presidências da Câmara e do Senado, o Executivo enviou ao Congresso mensagem que prevê a liberação de mais R\$ 4 bilhões para os estados para compensar perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir, decorrentes da isenção da cobrança de ICMS de produtos destinados à exportação.

Precatórios

Na mensagem (PLN 41/20), a equipe econômica informa que os recursos para estados e municípios sairão do remanejamento de verbas anteriormente destinadas a benefícios previdenciários, precatórios e compensações no Regime Geral de Previdência Social.

Dívidas

Apenas a Justiça pode bloquear bens de devedores do governo. É o que determina decisão do STF. Por maioria, a Corte entendeu que não pode ocorrer o bloqueio de bens do devedor de forma automática e por decisão administrativa, sem decisão judicial. Para procuradores da Fazenda, o bloqueio dava eficiência no recebimento das dívidas.

Tribuna

Em outubro, varejo baiano cresce 11,3% e supera índice nacional

As vendas no comércio varejista baiano cresceram 11,3% em outubro de 2020, na comparação com igual mês do ano anterior. Na análise sazonal, o comércio varejista no estado baiano registrou taxa positiva de 3,5%, sendo a mais alta das unidades federativas. Esses dados, divulgados nesta quinta-feira (10), foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

*Com este expressivo resultado, o comércio varejista da Bahia cresceu aci-

ma do índice nacional, que foi de apenas 8,3%, nesta base de comparação. Quando comparado com o mês imediatamente anterior, o crescimento da Bahia, de 3,5%, foi o maior registrado no país e também muito superior ao nacional, que foi de 0,9%. Portanto, mesmo neste cenário de enfrentamento da pandemia, o Governo da Bahia vem empreendendo esforços para dinamizar a economia. Vale destacar que esta é a terceira taxa positiva consecutiva, no comparativo com o ano passado, e sexta consecutiva na análise sazonal para o setor, impulsionado também pelo crescimento do mercado de trabalho, uma vez que a Bahia vem liderando a geração de empregos no Nordeste em outubro, com saldo positivo de 16.437 pos-

tos de trabalho com carteira assinada neste período”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

No acumulado do ano, devido aos impactos da pandemia do coronavírus, a taxa foi negativa em 4,4%, mas em ritmo reduzido quando observado a taxa no mês imediatamente anterior para igual comparação (-6,2%). O resultado registrado para o comércio varejista baiano em outubro evidencia que o setor, apesar da redução do valor do auxílio emergencial em setembro e de uma expectativa para o seu encerramento, mantém ritmo de crescimento das vendas no estado.

Por atividade, em outubro de 2020, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de outubro de 2019,



COMÉRCIO

O varejo baiano registrou taxa positiva de 3,5%, sendo a mais alta das unidades federativas

revelam que seis dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo: Móveis e eletrodomésticos (54,5%). Outros artigos de uso pessoal e doméstico (15,6%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (12,9%), Combustíveis e lubrificantes (9,2%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo

(0,5%) e Tecidos, vestuário e calçados (0,1%). Nos demais segmentos, as variações foram negativas, são eles: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,0%), e Livros, jornais, revistas e papelaria (-44,1%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que registraram variação positiva as vendas Móveis, Eletrodomésticos, e Hipermercados e supermercados com

taxas de 66,1%, 49,0%, e 5,6%, respectivamente.

De acordo com os dados do IBGE, nos meses de setembro e outubro de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registraram quedas de 5,22% e 2,07%, respectivamente. Outro aspecto observado foi o aumento de veículos circulando nas ruas, dado a influência da retomada gradual das atividades econômicas.

Veículo: Blog Itambé Agora	
Data: 11/12/2020	Bahia



STF: PODER EXECUTIVO PODE ALTERAR ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS POR DECRETO



admin 11 Dezembro, 2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa quinta-feira (10) que o Poder Executivo pode alterar as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) por decreto.

Por maioria de votos, o STF entendeu que a lei que permitiu a alteração das alíquotas é constitucional. Como o caso tem a chamada repercussão geral, a decisão do Supremo deverá ser seguida nos cerca de mil processos semelhantes que tramitam na Justiça.

Segundo o G1, a possibilidade de alteração tem sido questionada em diversas instâncias. Isso porque a alíquota havia sido reduzida a zero, mas, depois, foi restabelecida, em 2015. O argumento das ações foi o de que a Constituição não permite ao Poder Legislativo delegar ao Poder Executivo a redução ou aumento das alíquotas do PIS e da Cofins.

Foto: Marcello casal Jr./ Agência Brasil

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/12/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 11 de Dezembro de 2020 - 08:40

Setor ferroviário previa R\$ 140 milhões com pacote que foi vetado por Bolsonaro

por Marcelo Toledo | Folhapress

O setor de transporte ferroviário de passageiros esperava que o pacote de auxílio de R\$ 4 bilhões aos sistemas de transporte público resultasse em ao menos cerca de R\$ 140 milhões às concessionárias que atuam no país, mas o veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao auxílio fará, segundo as empresas, com que a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus seja agravada.

O projeto de lei 3364/2020, que tratava do tema, consistia na distribuição de R\$ 896 milhões a 12 Unidades da Federação que têm trilhos urbanos –São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Alagoas, conforme cálculo da ANPT trilhos (Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos).

A expectativa do setor ferroviário, mantida a participação de cada modal no transporte coletivo, era a de que São Paulo, que receberia R\$ 376 milhões, poderia destinar ao menos R\$ 61,6 milhões ao setor ferroviário.

O cálculo foi feito levando-se em conta que o transporte sobre trilhos representou, em 2019, 16,4% do volume de passageiros na região metropolitana. O valor de cada modal, porém, estava indefinido pelo projeto, que permitia aos estados fazer a destinação da forma que considerasse mais apropriada. Ou seja, o sistema ferroviário poderia receber mais do que sua efetiva participação no transporte ou não receber nada.

No Rio, onde a participação foi de 16,5%, R\$ 22,2 milhões poderiam socorrer as empresas, do total de R\$ 135 milhões projetados para o estado. Só a SuperVia, concessionária de trens, acumula uma perda de 63,7 milhões de passageiros desde 14 de março.

Já em Salvador, com 23,2% de usuários transportados por sistemas ferroviários, a previsão era de R\$ 12,5 milhões dos R\$ 54 milhões previstos.

O veto de Bolsonaro ao auxílio foi visto com “perplexidade” e considerado “lamentável” por prefeitos, empresários e entidades do setor, que argumentam que o bloqueio do recurso pode colapsar os sistemas de ônibus, metrô e trens.

O veto foi publicado na edição desta quinta-feira (10) do Diário Oficial da União. O projeto de lei aprovado pelo Congresso injetaria recursos nos sistemas de transporte público de cidades com mais de 200 mil habitantes, que, com perdas de passageiros que chegaram a passar de 80% nos momentos de maior agravamento da pandemia, começaram a entrar em colapso.

“A população será a maior prejudicada caso os sistemas entrem em colapso. Hoje a perda está em cerca de 50%”, disse à reportagem na última semana o presidente da ANPT trilhos, Joubert

Fortes Flores Filho.

Segundo ele, o auxílio era fundamental para ajudar a reduzir as perdas em decorrência da pandemia.

A ANPT trilhos estima que, desde março, os sistemas de metrô, trens urbanos e VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) acumulam déficit de R\$ 7 bilhões apenas com perda de receitas.

Em contratos mais recentes, há medidas compensatórias para evitar desequilíbrios como o causado pela Covid-19, mas em acordos mais antigos, como os do Rio, não há cláusulas desse tipo.

Como a operação de metrô e trens está nas mãos da iniciativa privada, o setor ferroviário aponta o Rio como o epicentro dos problemas financeiros em decorrência da perda de arrecadação.

“Uma característica do transporte sobre trilhos é que, diferente do que ocorre com o ônibus, não há muita facilidade para modular a oferta. Um trem levar 20 ou 1.500 pessoas vai custar a mesma coisa. Eles perderam a receita, mas mantiveram os custos.”

A avaliação da associação é que o setor continuou operando normalmente em outros países porque houve aporte governamental.

A participação do modal ferroviário no país chega a no máximo 30,8%, na região metropolitana de Porto Alegre, mas há locais em que não alcançam 5%, como Distrito Federal (2,49%), João Pessoa (2,90%) e Natal (4,69%).

Enquanto isso, no mundo a participação chega a 40% em alguns países, conforme a ANPT trilhos.

O valor do pacote de auxílio pretendido pelo setor de transportes não era suficiente, segundo o presidente da associação, mas importante para dar um suporte e permitir a manutenção das operações.

“Algumas empresas privadas tinham caixa, mas ele se esgotou e hoje operam postergando pagamento. O reequilíbrio terá de ser rediscutido depois, mas para fazer frente aos meses que virão o setor precisa de recursos adicionais.”

Agora, o setor já procurou o Ministério da Economia para agendar uma reunião e tentar de alguma forma resolver o imbroglio.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/12/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 11 de Dezembro de 2020 - 07:00

Câmara aprova texto-base do novo Fundeb com inclusão de escolas religiosas



O texto-base do projeto que regulamenta o novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados nessa quinta-feira (10). Classificado como o principal mecanismo de financiamento da educação básica, o Fundeb agora será apreciado pelo Senado.

Segundo informações do G1, os deputados aprovaram também a inclusão de alguns pontos polêmicos. Um deles, demandado pelo governo, foi a possibilidade de repasse de recursos do fundo para escolas privadas sem fins lucrativos, a exemplo das confessionais (ligadas a igrejas) nos ensinos médio e fundamental. Se concluído assim, instituições do tipo poderão receber recursos equivalentes a até 10% do total de vagas.

Outro exemplo é a possibilidade de pagar profissionais que trabalhem nas instituições confessionais, filantrópicas ou comunitárias, sejam elas privadas ou sem fins lucrativos, com recursos originalmente destinados ao pagamento dos salários dos professores e profissionais das áreas técnicas, administrativas e os multiprofissionais, como psicólogos e assistentes sociais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 10 de Dezembro de 2020 - 20:40

Novo lockdown seria fatal para comércio e serviços, dizem entidades

por Isabela Bolzani | Folhapress



Sem a ajuda dos programas emergenciais do governo e com a possibilidade de uma nova onda de coronavírus no país, empresários dos setores de comércio e serviços se organizaram para operar com um orçamento mais enxuto para 2021.

Se o fechamento total das lojas, bares e restaurantes for aplicado novamente, a projeção é que as empresas de médio e pequeno porte vão sofrer um sufoco financeiro mais crítico que o visto no início da pandemia, com risco elevado de aumento de falências e demissões.

Segundo o vice-presidente da CDL (Confederação de Dirigentes Lojistas) do Bom Retiro, Nelson Tranquez, os empresários já estão trabalhando para conter gastos, com um quadro enxuto de funcionários e produção e estoques menores.

"Todo mundo se adaptou para seguir em frente apenas com o mínimo necessário, exatamente para não ter nenhum problema, pois se tiver um novo problema, não vai ter de onde tirar para se socorrer", afirma.

O conjunto de medidas emergenciais elaborado pelo governo para tentar conter os impactos da pandemia -linhas de crédito como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e o Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito) Maquininhas- são parte do Orçamento de guerra, que acaba em 31 de dezembro.

O Orçamento de guerra foi estabelecido no primeiro semestre com o objetivo de separar os gastos extraordinários do governo com o combate à pandemia dentro do Orçamento da União.

A PEC (proposta de emenda à constituição) pela qual a medida foi promulgada afrouxa exigências de controle no uso dos recursos públicos, de maneira a dar mais espaço para a criação e expansão de ações econômicas por parte do governo para diminuir os impactos do novo coronavírus.

Tranquez afirma que, principalmente no início do ano, a tendência é de fluxo de caixa ainda

menor, pois as vendas em janeiro e fevereiro, historicamente, são menores.

"Isso também significa que mesmo que a empresa consiga crédito, os juros ainda podem ser um problema tendo em vista o baixo volume de vendas", disse.

Ainda segundo especialistas, caso uma segunda onda de coronavírus ocorra com força, restringindo ainda mais o funcionamento de lojas, bares e restaurantes, haverá impactos negativos sobre as vendas de Natal.

"É complicado porque, neste cenário, o Estado arbitra onde precisa. Um lojista consegue controlar questões como distanciamento para evitar aglomeração, oferta álcool em gel e circulação dentro do seu estabelecimento, mas da porta para fora não tem como", afirma o economista Fábio Pina, da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado de São Paulo).

"Os números [de novos casos] não estão subindo por causa do comércio, mas porque aumentou o número de pessoas andando na rua, indo a clubes, jogos de futebol e indo a festas", diz Pina. "E não vai resolver só levar uma bronca de policial, pois o vírus não existe apenas em horário comercial."

Segundo o presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Percival Maricato, a volta das restrições em São Paulo e a possibilidade de uma nova onda preocupam o segmento, principalmente por causa das perdas de estoques.

Em junho, quando o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, atrasou a reabertura de bares e restaurantes, a associação já havia alertado para possíveis prejuízos adicionais porque grande parte dos estoques é perecível.

"Agora, de novo, muita gente pode acabar perdendo o dinheiro que investiu na reposição dos estoques na expectativa de faturar mais neste final de ano", disse Maricato.

O presidente da Abrasel afirma ainda que, caso esse cenário se perpetue, o setor vai fazer novas demissões e sofrer um número maior de falências.

"Até agora o segmento perdeu 30% das empresas. Muita gente fechou completamente porque não consegue arcar com os custos de manter um estabelecimento parcialmente operante", afirma Maricato. "Considerando ainda que 2021 começa com o retorno de muitas dívidas adiadas, com o pagamento de empréstimos bancários, aluguel pleno e impostos, o número de demissões e fechamentos pode aumentar."

A última esperança, segundo Tranquez, é a chegada de uma vacina.

Nesta terça-feira (8), o Reino Unido se tornou a primeira nação do mundo a aplicar uma vacina que passou por todas as fases de testes e foi clinicamente autorizada, produzida pela farmacêutica americana Pfizer com a alemã BioNTech. Ainda não há nenhuma vacina contra o Covid-19 que tenha sido autorizada no Brasil.

"Isso é o mais importante. A partir do momento em que as pessoas consigam se vacinar, a expectativa é de um salto nas vendas", diz o vice-presidente da CDL Bom Retiro. "O consumo está muito represado, com todo mundo preocupado com a economia, segurando o máximo que pode. Isso dá uma esperança."

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 10 de Dezembro de 2020 - 18:20

STF permite averbação e proíbe a indisponibilidade de bens pela Fazenda

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o trecho da Lei 13.606/2018, que autoriza a determinação de indisponibilidade de bens sem decisão judicial ou direito ao contraditório. Com o resultado da apreciação dos ministros, ocorrida nesta quarta-feira (10), a Fazenda Pública permanece com o direito de averbar, mas impossibilitada de declarar indisponibilidade.

Seis ações questionaram a constitucionalidade do artigo 25 da Lei 13.606/2018, que inseriu na Lei do Cadin (Lei 10.522/02) o artigo 20-B. Nele, é previsto que a Fazenda poderá, em caso de não pagamento do crédito inscrito em dívida ativa, "averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis".

O relator, ministro Marco Aurélio, votou para determinar a inconstitucionalidade dos dispositivos. Para ele, a lei promoveu um desvirtuamento do sistema de cobrança da dívida ativa da União e está "em desarmonia com as balizas constitucionais no sentido de obstar ao máximo o exercício da autotutela pelo Estado".

Luís Roberto Barroso inaugurou a linha de entendimento de que a averbação é legítima e prevista em lei, mas a indisponibilidade não pode ser automática e exige reserva de jurisdição. "A intervenção drástica sobre o direito de propriedade exige a atuação do poder Judiciário." Votaram da mesma forma os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux. Gilmar também validou a averbação e apontou que a indisponibilidade de bens poderá ser eventualmente alcançável, mas precisa contar com a atuação do Judiciário. Ele votou pela inconstitucionalidade somente do trecho "tornando-os indisponíveis" da lei.

Abrindo divergência, o ministro Dias Toffoli entendeu que o dispositivo não ofende a cláusula de reserva de jurisdição, ao contraditório e à ampla defesa. Ele votou pela constitucionalidade da indisponibilidade de bens pela Fazenda. Também compuseram essa corrente as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia.

Veículo: Bahia.ba	Economia
Data: 10/12/2020	



ECONOMIA

Publicado em 10/12/2020 às 18h20.

Equipe econômica vê pressão fiscal de adicional de R\$35 bi para 2021

Valor é consequência de restos a pagar de despesas autorizadas este ano e de uma inflação neste ano acima do esperado



Foto: Luís Macedo/Agência Câmara

A equipe econômica aponta a existência de uma pressão fiscal de R\$ 35 bilhões geradas este ano e que vão impactar em 2021. Segundo a Reuters Brasil, um auxiliar

do ministro Paulo Guedes afirmou que o valor é gerado por despesas autorizadas este ano e que serão liquidadas em 2021 via restos a pagar e da inflação acima do esperado – IPCA deve fechar este ano acima do centro da meta de 4% -, que influenciará na correção de benefícios custeados pela União.

Para cumprir o teto dos gastos, este valor teria que ser coberto pela diminuição de despesas. No texto enviado pelo Ministério da Economia ao Congresso, há cerca de R\$ 100 bilhões em gastos discricionários, onde pode haver cortes. A Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, estima que para manter o funcionamento da máquina pública seriam necessários no mínimo R\$ 90 bilhões.

A margem é apertada. Só com restos a pagar devem migrar para o próximo ano cerca de R\$ 20 bilhões. Para o Tribunal de Contas da União, o governo poderá empenhar despesas neste ano, mas pagá-las apenas no próximo, desde que esses gastos fiquem dentro do teto.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Economia
Data: 10/12/2020	



SEI lança revista sobre os impactos da pandemia na atividade econômica baiana

10 dezembro 2020



A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), lançou para o público, nesta quinta-feira (10), no Encontro de Economia Baiana, o novo volume da revista Conjuntura e Planejamento (C&P) n° 199. A publicação traz reflexões dos pesquisadores da instituição, acerca dos impactos da atual pandemia na atividade econômica.

Nesse contexto, em um cenário de desaceleração econômica mundial, a equipe de acompanhamento conjuntural da SEI analisou os principais indicadores da economia baiana no primeiro semestre de 2020. Na avaliação dos técnicos, o comprometimento da atividade econômica no estado – em período de queda do nível de atividade nacional e de taxas reduzidas de inflação e juros – é resultado dos impactos da pandemia da Covid-19.

Na seção Ponto de Vista, a edição conta com a reflexão de Jorgete Oliveira Gomes da Costa, economista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e diretora-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sobre as atribuições da instituição no quadro da pandemia.

A seção Entrevista traz a contribuição da diretora-geral do Instituto Couto Maia (Icom), Ceuci de Lima Nunes. Especialista em infectologia, com vasta experiência na área da saúde, a entrevistada faz uma reflexão sobre a gravidade do momento, trazendo, na perspectiva da dinâmica do hospital Couto Maia, os principais desafios no combate à Covid-19 na Bahia.

Assim, a edição 199 da C&P revela que, mesmo em um momento de tantas incertezas, a instituição continua informando a sociedade e analisando as ações dos governos federal e estadual. A publicação está disponível no [site da SEI](#).

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Economia
Data: 10/12/2020	



Em outubro, varejo baiano cresce 11,3% e supera índice nacional

10 dezembro 2020



Foto: Josenildo Jr.

As vendas no comércio varejista baiano cresceram 11,3% em outubro de 2020, na comparação com igual mês do ano anterior. Na análise sazonal, o comércio varejista no estado baiano registrou taxa positiva de 3,5%, sendo a mais alta das unidades federativas. Esses dados, divulgados nesta quinta-feira (10), foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“Com este expressivo resultado, o comércio varejista da Bahia cresceu acima do índice nacional, que foi de apenas 8,3%, nesta base de comparação. Quando comparado com o mês imediatamente anterior, o crescimento da Bahia, de 3,5%, foi o maior registrado no país e também muito superior ao nacional, que foi de 0,9%. Portanto, mesmo neste cenário de enfrentamento da pandemia, o Governo da Bahia vem empreendendo esforços para dinamizar a economia. Vale destacar que esta é a terceira taxa positiva consecutiva, no comparativo com o ano passado, e sexta consecutiva na análise sazonal para o setor, impulsionado também pelo crescimento do mercado de trabalho, uma vez que a Bahia vem liderando a geração de empregos no Nordeste em outubro, com saldo positivo de 16.437 postos de trabalho com carteira assinada neste período”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

No acumulado do ano, devido aos impactos da pandemia do coronavírus, a taxa foi negativa em 4,4%, mas em ritmo reduzido quando observado a taxa no mês imediatamente anterior para igual comparação (-6,2%). O resultado registrado para o comércio varejista baiano em outubro evidencia que o setor, apesar da redução do valor do auxílio emergencial em setembro e de uma expectativa para o encerramento, mantém ritmo de crescimento das vendas no estado.

Por atividade, em outubro de 2020, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de outubro de 2019, revelam que seis dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo: Móveis e eletrodomésticos (54,5%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (15,6%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (12,9%), Combustíveis e lubrificantes (9,2%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,5%) e Tecidos, vestuário e calçados (0,1%).

Nos demais segmentos, as variações foram negativas, são eles: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,0%), e Livros, jornais, revistas e papelaria (-44,1%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que registraram variação positiva as vendas Móveis, Eletrodomésticos, e Hipermercados e supermercados com taxas de 66,1%, 49,0%, e 5,6%, respectivamente.

De acordo com os dados do IBGE, nos meses de setembro e outubro de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registraram quedas de 5,22% e 2,07%, respectivamente. Outro aspecto observado foi o aumento de veículos circulando nas ruas, dado a influência da retomada gradual das atividades econômicas.

O comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção apresentou crescimento de 3,2% nas vendas, em relação à igual mês do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação foi negativa em 6,0%, ainda sob os efeitos da pandemia do coronavírus. O boletim completo está disponível no [site da SEI](#).

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Economia
Data: 10/12/2020	



Rodovias são recuperadas em 2020 para alavancar o desenvolvimento na Bahia

10 dezembro 2020



Foto: Paula Fróes/ GOVBA

O desenvolvimento econômico de um estado de grande extensão como a Bahia passa diretamente pela qualidade das estradas que ligam os distantes municípios e conectam as regiões. Mesmo enquanto enfrenta a pandemia de Covid-19, o Governo do Estado tem mantido um ritmo acelerado de obras importantes em todas as regiões baianas. Intervenções na infraestrutura e mobilidade, como a recuperação e pavimentação de rodovias, têm gerado vagas de emprego e mantido o caminho aberto para o processo de retomada das atividades econômicas que dependem do controle das taxas de contágio do coronavírus e melhores índices de distanciamento social.

Somente em 2020 foram concluídas obras em mais de 344 km, que contaram com um investimento somado de mais de R\$ 90 milhões. Até o final de dezembro serão entregues ainda a pavimentação em 7 km do acesso ao povoado de Sítio do Aragão, em Santo Estevão, que está em fase de finalização, e a restauração de cerca de um 1km do acesso a Caatiba, na BA-646. As obras contribuem para o desenvolvimento econômico da região, facilitando o escoamento da produção agrícola e a pecuária.

“Mesmo nesse momento de crise, a Bahia tem conseguido ser o segundo Estado que mais fez investimentos em todo o Brasil. Investimentos que possibilitam um escoamento melhor e mais barato da produção, assim como também um melhor deslocamento de turistas através de aeroportos e rodovias. Além disso, investimentos em infraestrutura geram emprego, que é uma das prioridades do governo para que os baianos tenham mais acesso a renda e possam ter seu crescimento econômico e social”, destaca o secretário de Infraestrutura do Estado (Seinfra), Marcos Cavalcanti.

Mais obras

Atualmente já estão em andamento na Bahia serviços de recuperação e restauração em 379 km com um investimento de mais de R\$ 230 milhões. Outros 745 quilômetros também estão com os serviços de recuperação e manutenção em andamento, através do PREMAR. Além disso, no início de novembro, foi autorizada a licitação para a recuperação e pavimentação de mais de 69 quilômetros de rodovias baianas. Entre eles, a BA-160, que liga o distrito de Quixaba, em Morpará, até o entroncamento da BR-242, será pavimentada nos 35,6 quilômetros da região do Velho Chico. No Sertão Produtivo, outro trecho da BA-160, entre Iuiú e Pindorama, passará por obra restauração em 18 quilômetros. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o acesso a nova Dias D'Ávila até a Cidade Santa, em Biribeira, será recuperado em 6,1 quilômetros.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Economia
Data: 10/12/2020	



Evento gratuito discute o cenário pós-pandemia na Bahia e no Brasil

10 dezembro 2020



Na sua 16ª edição, o Encontro de Economia Baiana discutirá a temática Bahia e Brasil Pós-Pandemia: Desafios e Novas Tendências. Trata-se de uma iniciativa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia), com o apoio do Conselho Regional de Economia – Seccional Bahia (Corecon-BA).

Devido a uma pandemia devastadora em 2020, a humanidade mergulhou em um processo inédito, que culminou em uma profunda crise, com graves consequências econômicas, sociais e sanitárias para a população mundial, com desdobramentos nacionais e regionais. Predominam nesse cenário desolador os milhares de mortes provocadas pelo coronavírus e os milhões de contaminados, de desempregados e de famintos.

Os debates a serem promovidos nesse encontro estarão centrados nas políticas públicas, econômicas e sociais – além das necessárias mudanças no âmbito do poder político propriamente dito – que podem ser adotadas para assegurar o desenvolvimento econômico que leve à superação do quadro regressivo e que apontem para uma evolução dos padrões de vida dos seres humanos, concomitantemente com a redução da concentração da riqueza e a melhoria da distribuição da renda.

A palestra central tratará das perspectivas para o capitalismo no cenário pós-pandemia, a ser proferida por Alfredo Saad-Filho, renomado professor de Economia Política e Desenvolvimento Internacional no King's College London-Inglaterra. No primeiro dia de evento (10), ocorrerá também uma mesa-redonda composta por Pedro Rossi (IE-Unicamp) e Uallace Moreira Lima (PPGE-UFBA) para abordar o tema Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Desigualdade, Políticas Sociais e Distribuição de Renda.

O tema Brasil: Políticas de Recuperação Pós-Pandemia abrirá o último dia do evento (11), com um debate entre Luiz Fernando de Paula (IE-UFRJ) e Luiz Filgueiras (PPGE-UFBA). Seguido da mesa-redonda entre José Sérgio Gabrielli (UFBA) e Paulo Guimarães (SDE), com a temática Perspectivas de Desenvolvimento da Bahia.

O encontro encerrará com uma homenagem a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

(SEI), que nesse período pandêmico, reforçou o seu papel de subsidiar o Governo do Estado, por elaborar um plano de atuação com iniciativas que trazem elementos para criação de políticas públicas mais qualificadas. Em 2020 a instituição completou 25 anos de existência e 65 de história dedicada ao planejamento no estado da Bahia.

O evento, que tem inscrições gratuitas, acontece nesta quinta-feira (10), e na sexta-feira (11), via streaming, pelo site Youtube. A inscrição pode ser realizada no endereço <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/>

Fonte: Ascom/ Setre

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/12//2020	Caderno: Economia



Reformas tributária e administrativa: por um Estado mais justo e expedito

Jacir Venturi*

11 de dezembro de 2020 | 09h30

As ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus no biênio 2020/2021 promoverão um rombo nas contas públicas brasileiras da ordem de 870 bilhões de reais e, em consequência, a dívida pública tangenciará os estratosféricos 100% do PIB. Eram 62% há apenas 10 anos. Não restam dúvidas de que, em função da excepcionalidade e em nome da preservação da vida, são e foram medidas necessárias, ainda que denúncias de desvios e má gestão de recursos devam ser apuradas com todo o rigor da lei. Mesmo assim, é uma espada de Dâmocles a balançar sobre as cabeças de nossos governantes, em especial da esfera federal.

Isto posto, é urgente a realização – por tantas vezes anunciadas, tantas vezes adiadas – das reformas tributária e administrativa, temas esses que até hoje não passaram de um mero jogo de cena. Em 2019, os entes federados gastaram 920 bilhões de reais com os funcionários administrativos, legislativos e judiciários, e há um consenso das profundas distorções salariais – seja internamente, seja ao cotejar-se com o mercado de trabalho – que precisam ser enfrentadas, para que os direitos legítimos dos servidores sejam preservados.

Além de buscar uma maior racionalidade dos gastos públicos, é imprescindível a persecução de uma maior eficiência de gestão para o enfrentamento das incontáveis mazelas brasileiras, uma vez que nosso problema não é, nem nunca foi, falta de recursos financeiros para o Estado. O brasileiro médio trabalhou em 2019 um total de

128 dias, mais de 4 meses, para cumprir suas obrigações com os fiscos municipais, estaduais e federal, deixando nos cofres do governo R\$ 2,39 trilhões de reais. Mas a visão míope, de que é mais fácil aumentar os impostos do que administrar de modo eficiente, fez com que desde o início do mandato do Presidente José Sarney (1985) a carga de impostos, taxas e contribuições saltasse de 21% do PIB para 35,07% em 2019.

E neste ínterim, com passagens de governantes dos mais diversos matizes no espectro ideológico, tivemos que suportar bovinamente a crescente voracidade arrecadatória, sem uma contrapartida proporcional por parte do Estado, seja na amplitude e na qualidade dos serviços prestados, seja na promoção de justiça social, sem falar na eterna sombra da corrupção que nunca nos abandona. “Os impostos têm limites naturais, além dos quais uma nação se deita para morrer ou se levanta para lutar”, se faz oportuno Joseph-Ernest Renan (1823-1892), filósofo e historiador francês.

Com a autoridade de ser um dos maiores especialistas no tema e ter sido o relator de uma das Comissões da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly é pertinente: “Estou convencido de que mais de 50% da responsabilidade pelo atraso da nossa economia é do nosso sistema tributário anárquico e caótico, que mata as empresas e os empregos, concentra a riqueza e pune os mais pobres – os que ganham até dois salários mínimos pagam 53,9% de carga tributária, enquanto quem ganha acima de 30 salários mínimos paga 29%.”

O objetivo primeiro de uma reforma tributária deve ser desonerar parte dos encargos sobre salários e sobre o consumo de bens e serviços essenciais – e por conta deste e de outros fatores, só é viável em conjunto com a reforma administrativa. O Brasil tem quase 50% de sua arrecadação proveniente do consumo, ao passo que nos países da OCDE a média é de 32%. Não há equidade e por consequência a base da pirâmide social paga proporcionalmente mais. É um repto necessário, pois nossa estrutura tributária é irracional, cara e antes de tudo injusta. Por exemplo, há décadas que não se corrige adequadamente a tabela do Imposto de Renda – um confisco forçado que atingiu este ano 103% de defasagem, de acordo com o Sindifisco. Ou seja, se fosse aplicada a inflação, estariam isentos os contribuintes que ganham até R\$3.881,00, entretanto hoje

os tentáculos da Receita Federal alcançam o contribuinte que auferir uma renda mensal de R\$ 1.903,98, sendo os maiores prejudicados os assalariados da classe média-baixa.

Nas nações em que se executa uma boa política de bem-estar social – como é o caso dos nórdicos –, a tributação é também elevada, algo próximo de 50%, mas nestes países o cidadão é amparado pelo Estado, que proporciona a todos uma vida digna do berço até a sepultura – de mamando a caducando para fazer galhofa.

No entanto, ante a um fisco voraz e com má aplicação dos recursos – como no Brasil –, as pessoas e empresas não apenas se conformam. Elas também se vingam, com mais sonegação, elisão, pirataria, informalidade, corrupção, contrabando, calote. Condenável sim, mas esta é a natureza humana. A história ensina que tributos exacerbados e baixo retorno social formam uma mistura explosiva, pois não apenas comprometem o setor produtivo, mas também promovem o esgarçamento do tecido moral e ético.

***Jacir J. Venturi foi professor da UFPR, PUCPR e Universidade Positivo. Cidadão Honorário de Curitiba. Foi vice-presidente da ACP. Autor de 3 livros**
Tudo o que sabemos sobre:

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/12//2020	Caderno: Economia



Redução de benefícios fiscais de ICMS no Estado de São Paulo e seus impactos sobre a cadeia de insumos agropecuários

O Estado de São Paulo revisou recentemente o ordenamento legislativo estadual visando efetuar alterações voltadas ao ajuste fiscal e reequilíbrio das contas públicas, cujo quadro, que já era preocupante, foi agravado pela pandemia da COVID-19.

A aprovação dessas medidas se deu com a publicação da Lei nº 17.923, de 16 de outubro de 2020, a qual, dentre outras medidas, introduziu importantes alterações na legislação tributária.

No que toca ao ICMS, as modificações veiculadas na referida Lei autorizaram o Governo do Estado de São Paulo a renovar e a reduzir benefícios fiscais e financeiros-fiscais ajustados por convênios firmados entre as unidades da Federação, além de dispor que qualquer previsão de alíquota em patamar inferior a 18% será considerada benefício fiscal.

Em seguida à publicação da Lei nº 17.923/2020 foram editados vários decretos, reduzindo benefícios fiscais de isenção, redução de base de cálculo e crédito outorgado para produtos objeto de circulação em vários setores da atividade econômica, dentre os quais os insumos agropecuários e máquinas e implementos agrícolas.

Sem adentrar os motivos que levaram o Estado de São Paulo a rever a política de concessão de incentivos fiscais, é importante avaliar, de forma pragmática, os efeitos e impactos negativos, nas perspectivas econômica e financeira, em relação a cadeia de produção vinculada ao agronegócio. É importante assinalar que essas repercussões, em

menor ou maior grau, poderão também atingir outros setores, dependendo da forma com que operam.

A cadeia de valor que envolve os insumos agropecuários possui como agentes econômicos as indústrias (ou importadores), as distribuidoras atacadistas, os produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e/ou as agroindústrias e, no fim desse elo, os consumidores finais. A equação tributária e financeira utilizada para precificar o setor estava madura e estabilizada desde a edição do Convênio ICMS nº 100, publicado em 1997. Aqueles que atuam nessa área conhecem bem a importância desse ato conjunto, pois por meio dele as unidades da Federação acordaram a concessão dos benefícios da redução de base de cálculo nas operações interestaduais e da isenção de ICMS, nas saídas internas dos insumos agropecuários. Essas desonerações, que perpassam toda a cadeia de valor, permitiram dar maior competitividade aos produtos agropecuários nos mercados internacionais, além de estimular a economia nacional especialmente no que tange ao consumo de produtos primários e alimentos da cesta básica.

Desde o final da década de 1990 esses benefícios fiscais vinham sendo reiteradamente prorrogados, tendo sua extinção atualmente prevista para ocorrer no dia 31 de março do próximo ano nos termos do que dispõe o Convênio ICMS nº 133/2020; todavia, por meio do Decreto nº 65.254/2020 o Estado de São Paulo resolveu reduzir os referidos benefícios fiscais a partir de janeiro de 2021.

Foram instituídos redutores às isenções que hoje desoneram totalmente do ICMS as operações realizadas dentro do Estado de São Paulo com os insumos agropecuários relacionados no Anexo I do Regulamento do ICMS, transformando a desoneração em isenção parcial do imposto. Assim, com o início das medidas tomadas pelo referido Decreto do Estado de São Paulo, as operações de saída de insumos e produtos do agronegócio praticadas no âmbito do estado, antes beneficiados pela isenção, passarão a sofrer a incidência do ICMS com uma carga tributária de 4,14% (que pode variar conforme a alíquota interna do produto), o que certamente impactará os preços de toda a cadeia.

Como é sabido, desde maio de 2019, a aquisição de insumos agropecuários isentos no Estado de São Paulo não gera direito ao crédito do imposto para o seu adquirente. Esse mecanismo, que mantém neutra a cadeia do agro, será quebrado diante da majoração da carga tributária para 4,14% , uma vez que, embora possa ser apropriado o crédito do imposto pelos adquirentes, haverá uma antecipação da saída de recursos financeiros, afetando o fluxo de caixa dessas empresas, além da possibilidade de propagar efeitos nos seus resultados contábeis (i) pelo fato de que a compra interna terá incidência do ICMS e, portanto, permitirá a apropriação de créditos fiscais a ele relativo e, a depender do regime tributário da saídas de suas mercadorias, o contribuinte poderá não gerar débitos de imposto suficientes a compensar desses créditos, ensejando o acúmulo de saldos credores sem perspectivas de realização e (ii) pela adoção de eventuais tratamentos diferenciados de tributação nas operações de saída que vedem a apropriação de quaisquer créditos.

As empresas dessa cadeia de produção atuam normalmente com contratos celebrados para a safra seguinte, o que torna essencial explorar ao máximo a previsibilidade de seus custos. Assim, com a safra encerrada em 2020, muitas empresas do setor já formularam seu compromisso de aquisição de insumos agropecuários a serem entregues durante a formação da safra 2021, além da realização de suas estimativas e previsões de venda considerando o sistema de precificação antes praticado com a isenção fiscal. Portanto, os agentes da cadeia vinculada ao agronegócio foram surpreendidos, em pleno desenvolvimento da safra, com o ajuste fiscal promovido na legislação do Estado de São Paulo após mais de duas décadas do regime tributário de contratos pactuados sob a premissa da desoneração total do ICMS.

Sem um plano específico de transição que pudesse evitar prejuízo para as safras em andamento, será altamente necessário para as empresas e produtores rurais uma avaliação cautelosa do impacto da majoração da carga tributária na sua estrutura operacional e, caso necessário, atuem no redirecionamento das fórmulas de precificação para atenuar potenciais prejuízos comerciais, considerando que a majoração provocada pelo Decreto paulista poderá tornar os produtos produzidos e comercializados no Estado de São Paulo menos competitivos em relação àqueles transacionados em outras

Unidades da Federação, fazendo com que o contribuinte paulista perca competitividade em relação às demais unidades da Federação.

Para as operações de saídas interestaduais com insumos agrícolas foram rebaixados os percentuais de redução da base de cálculo do ICMS nos percentuais de 60% para 47,2% e de 30% para 23,8% (rações e adubos).

Teme-se que as providências adotadas pelo Estado de São Paulo possam provocar um abalo na relação entre as unidades da Federação, reproduzindo novo episódio da guerra fiscal de ICMS, depois de todos os esforços para eliminá-la com a edição da Lei Complementar n 160/2017 e da celebração do Convênio ICMS n° 190/2017. Explica-se.

A partir de janeiro de 2021, numa hipotética venda de insumo agropecuário realizada por um contribuinte paulista a um destinatário localizado em Minas Gerais, o ICMS devido, que antes era calculado à uma alíquota de 4,80%, passará a ser calculado à alíquota de 6,33%, considerando que o percentual de redução da base de cálculo da operação será diminuído de 60% para 47,2%.

A medida tomada por São Paulo resultará num incremento de arrecadação do imposto neste Estado e na diminuição do ICMS devido ao Estado de Minas Gerais. Isto porque, o adquirente mineiro terá direito de abater, integralmente, o ICMS pago na aquisição do insumo, do imposto a ser recolhido aos cofres mineiros, provocando uma quebra no equilíbrio federativo que havia sido alcançado com a adesão desses dois Estados aos termos do Convênio ICMS n° 100/97.

Deste modo, embora existam argumentos jurídicos que possam sustentar a manutenção integral do crédito, o estado de destino onde está localizado o adquirente do insumo em uma operação interestadual poderá vedar a apropriação dos créditos relativos ao imposto destacado nesta transação em sua totalidade, ou de forma proporcional, sob alegação de que a carga tributária nela incidente contraria o disposto no Convênio ICMS n.º 100/97.

Como visto, as modificações trazidas na regra paulista farão com que a cadeia de insumos agropecuários tenha que rever todo o seu sistema de precificação e de

operação logística para tentar mitigar comercialmente os efeitos das reduções dos benefícios. Ademais, qualquer aumento da carga tributária em última análise será repassado para o consumidor final, penalizando, principalmente, o consumidor de baixa renda.

Os benefícios com as alterações apresentadas se estendem até 31 de dezembro de 2022, salvo na hipótese de prazo inferior de validade do Convênio ICMS nº 100/97. É importante destacar que atualmente o prazo de vigência do Convênio se extingue em 31 de março de 2021.

Em razão do exposto, seria de todo conveniente que ações políticas fossem desenvolvidas no sentido de eliminar essas medidas ou de mitigar seus efeitos para o setor do agronegócio, um dos pilares do desempenho da balança comercial do país, que cumpre papel fundamental no acesso da população brasileira e mundial a alimentos com custos acessíveis.

***Ricardo Varrichio, Paulo Barbosa e Evany Oliveira, sócios da RVC
Advocacia e Consultoria Tributária e Empresarial**

Banco vê risco de PIB cair no 1º tri se número de mortes continuar alto

Itaú afirma que prorrogação do auxílio emergencial em 2021 poderia ser feita se houvesse corte de outros gastos

Eduardo Cuelco

SÃO PAULO O Itaú Unibanco projeta uma desaceleração da economia para um crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre de 2021, com possibilidade de contração na atividade caso o número de mortes continue elevado ao longo dos próximos três meses. Esse percentual de crescimento considera uma média de mortes no Brasil no fim desse período de 400 por dia. Um número a partir de 600 mortes, por sua vez, já geraria um cenário de queda do PIB (Produto Interno Bruto) no período de 1,2%.

O Brasil registrou 818 mortes pela Covid-19 na quarta-feira (9). Nesse patamar, a contrição estimada seria de 0,8%.

O Itaú relaciona o número de mortes ao nível de abertura das atividades, utilizando como exemplo o sistema de cores do estado de São Paulo. Quanto maior o número de mortes, maior o grau de restrições, principalmente para o setor de serviços, que demoraria mais tempo para se recuperar da crise gerada pela pandemia.

Graus maiores de abertura permitiriam aos serviços continuarem a crescer. Mais mortes, gerariam mais restrições, o que derrubaria a atividade do setor com maior peso no PIB no começo do próximo ano, interrompendo a recuperação vista nos últimos meses.

O banco projeta um crescimento de 4% da economia em 2021, que ainda iria cair para próximo ano 0,7% abaixo do patamar pré-crise.

CARNE E LEITE EM SP DEVEVM SUBIR QUASE 10% COM MUDANÇA NO ICMS, DIZ IRESP

O corte de benefícios fiscais de ICMS no estado de São Paulo a partir de 2021 elevará o preço de produtos como carne e leite em quase 10%, segundo estimativa divulgada pela Fiep (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em resposta, a Secretaria da Fazenda e do Planejamento do estado da Fiep "não tem o nome cabível" e chamou a conduta do estado de "desastroza".

Esses números contemplam um crescimento trimestral médio de 0,2% somado ao efeito estatístico da base-baixa de comparação com 2020, quando a contração projetada é de 4,1%.

Segundo a instituição, esse cenário considera uma contração dos gastos públicos, com a retirada dos auxílios e a volta ao limite do teto de gastos. Essa restrição seria atenuada por fatores como a retomada do mercado de trabalho, que já está acontecendo, segundo o banco.

"Todos os dados estão mostrando que o mercado de trabalho já atingiu seu piso, teve inflexão e começou a se recuperar", afirma o economista do Itaú Unibanco Lúcia Barbosa, em evento organizado pela instituição.

O banco prevê uma taxa de desemprego de 13,3% no final deste e do próximo ano.

Ele afirma que os juros de patamares baixos beneficiam setores sensíveis a crédito, como imobiliários e veículos, e que é importante que se volte para o teto de gastos para que eles continuem sendo níveis.

A instituição espera alta da taxa básica no próximo ano, de mais de 2% para 3% ao ano, em linha com as projeções de mercado.

Outro fator que deve ajudar no crescimento de 2021 é a recuperação da economia global, que também ajuda a sustentar uma alta de preço de commodities.

O também economista do Itaú Pedro Schneider afirma que os dois principais riscos para o cenário econômico são o vírus e a questão fiscal.

"Não adianta controlar o fiscal sem controlar a pandemia. Ou colocar a pandemia sem controlar o fiscal. Se a gente optar por não fazer o ajuste fiscal, a conta fica ainda mais cara em termos de inflação, taxa de juros e desemprego para a população".

O economista chefe da instituição, Mario Mesquita, afirma que há espaço no orçamento para acomodar uma política de aumento do gasto social no próximo ano, desde que se tome a decisão política de reduzir outras despesas.

"É absolutamente falacioso que o teto inviabiliza o aumento do gasto social. É inviável se a classe política não quiser escolher, não quiser, para beneficiar os mais pobres, afetar alguns segmentos que estão bem de vida da população", afirmou Mesquita, que deu como exemplo o funcionalismo público.

"Sem enfrentar custos políticos não tem como aumentar o gasto social".

Na lista de medidas relacionadas pelo banco estão ainda a canalização dos atuais benefícios sociais, hipótese já levantada pelo Ministério da Economia e criticada pelo presidente da República, e a privatização ou extinção de algumas estatais dependentes do Tesouro.

Isso possibilitaria dobrar o orçamento do Bolsa Família, com mais R\$ 23 bilhões, ampliando a cobertura de 14 milhões para 19 milhões de famílias e o valor do benefício de R\$ 200 para R\$ 300, por exemplo, afirma. ptictid@itau.com.br

É melhor ou menos ruim ter inflação do que desabastecimento, afirma Bolsonaro

SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS) E PORTO ALEGRE O Presidente Jair Bolsonaro disse na manhã desta quinta (10) que inflação é preferível ao desabastecimento. "É melhor ou menos ruim ter inflação do que desabastecimento", disse ao inaugurar trecho do pontão sobre o rio Guaíba, em Porto Alegre. "Se o homem do campo tivesse ficado em casa, teria sido ruim para o país. Sabemos que a fome é uma péssima conseleiteira", afirmou, em referência à pandemia.



Bolsonaro posa para foto com pessoal da construção da nova ponte sobre o rio Guaíba, em Porto Alegre

"Temos aumento anormal em alguns produtos", prosseguiu, citando arroz e soja, como exemplos. Em São Paulo, o quilão do arroz para o consumidor chegou a custar R\$ 23 em setembro.

Naquele mês, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) tinha 21,592 toneladas de arroz estoçadas, mesmo volume de 2019. Foi o menor volume para o mês de setembro em dez anos.

Como mostrou a Folha, entre 2019 e 2020 a redução foi de 49,8%, considerando o mês. Porém, comparando setembro entre 2019 e 2020, a queda foi de 97%, de 992.398 toneladas para 21,592 toneladas.

"Todo o estoque público do país é guardado no Rio Grande do Sul, em cinco municípios: Uruguaiana, Pelotas, São Borja, Capivari do Sul e Agudo".

"Os parâmetros da atual política econômica não prevêm a regulação do abastecimento por meio de estoques públi-

cados e municípios. O PIB do país registrou aumento no terceiro trimestre, mas ele está relacionado à queda recorde entre abril e junho deste ano.

Ponte facilitará escoamento de produção

Iniciada em 2014, na gestão de Dilma Rousseff (PT), a ponte sobre o rio Guaíba vai trazer redução de custos logísticos para colocar o estado em melhores condições de competir", segundo o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSD).

Com um investimento aproximado de R\$ 820 milhões, a obra, que está 95% concluída, deveria ter sido entregue em 2017, nas gestões do presidente Michel Temer (MDB).

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (internos)

Corrida pelas seringas

Governadores decidiram ir às compras para tentar garantir seringas para a vacinação contra a Covid-19 sem precisar depender do Ministério da Saúde, que ainda não cumpriu a promessa de adquirir o material e distribuí-lo aos governos locais. Pelo menos nove estados já abriram licitações próprias com essa finalidade. Juntos, eles pretendem encomendar 220 milhões de seringas. O ministério planeja comprar 37 milhões de unidades, mas ainda não publicou edital para realizar a licitação.

ATROPELO A indústria não vê como atender à súbita procura pelo produto. Fabricantes dizem que seria melhor se houvesse coordenação entre os governos e as compras fossem divididas ao longo do tempo. Ainda não se sabe quais imunitizantes serão aplicados na população e vários detalhes da campanha de vacinação estão indefinidos.

REPRISE São Paulo iniciou nesta quinta (10) sua terceira tentativa de adquirir 50 milhões de seringas, após dois negócios fracassados. Outros rounds de negociação terminaram sem acordo, e a disputa continua nesta sexta (11). Os preços anteriores foram cancelados porque todas as propostas ficaram acima do valor de referência fixado pelo governo.

CADAM POR SI O Rio de Janeiro é o estado que prevê maior volume de encomendas, com 66 milhões de seringas. Minas Gerais é São Paulo segundo, com 52 milhões para cada um e a Bahia, 30 milhões. A Secretaria de Saúde do Rio diz ter adotado um plano de contingência para evitar atrasos na vacinação se o governo federal não cumprir sua promessa.

DEIXA COMIGO Por meio de nota, o Ministério da Saúde afirmou que a compra das seringas é de responsabilidade dos estados e que fará a aquisição em caráter excepcional. Além disso, informou que os estados poderão ser coparticipantes nos custos, que promete publicar nos próximos dias.

NA ESTRADA A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros diz que oferecerá apoio à Anz no transporte de vacinas da Covid-19, ação anunciada pela companhia aérea na quarta (9). Segundo a entidade, a ideia é garantir com os ônibus o atendimento de cidades afastadas dos aeroportos.

PASSE LIVRE O plano de logística para distribuição dos imunitizantes deverá ser definido pelas autoridades de saúde com a Anz, diz a associação. Segundo ela, uma frota composta por até dez mil ônibus poderá participar da campanha. Como no caso da Anz, as empresas dizem que não cobrarão pelo transporte.

ESCALAÇÃO Os dois indicados até agora pelo democrata Joe Biden para formar a linha de frente da política comercial dos Estados Unidos a partir do próximo ano foram bem recebidos por especialistas brasileiros em comércio exterior.

VELHO CONHECIDO Marcos Jank, professor do Insper, diz que futuro secretário da Agricultura, Tom Vilsack, conhece a indústria brasileira de etanol e discutiu parcerias com o Brasil nessa área no passado. Ele ocupou cargos antes, no governo Bush e Obama.

DO RAMO A escolhida para atuar na escritoria de representação comercial da Casa Branca, Katherine Tai, é uma advogada experiente em negociações internacionais e conhece bem o funcionamento do sistema, diz o consultor Welber Barrol, ex-secretário de Comércio Exterior.

LISTA... Empresas brasileiras apontam reforma tributária como prioridade para o próximo ano, segundo um levantamento da consultoria Deloitte com executivos de 663 companhias. Para 98% dos entrevistados, ela é mais importante do que outras iniciativas em discussão no Congresso.

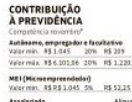
...DE COMPRAS Segundo a sondagem, mudanças da legislação trabalhista (7%), propostas para digitalização de serviços públicos (5%) e novas regras para exploração de petróleo e gás (3%) são mencionadas depois como merecedoras de atenção do Congresso.

DE OLHO A operadora de celular TIM fechou parceria com a Spacecom para lançar uma torçoeleira eletrônica que usará a rede 4G e frequência dedicada à internet das coisas para se comunicar com a empresa de monitoramento, responsável por equipamentos usados por 3,1 mil pessoas no Brasil.

MAPA Segundo Sávio Bloomfield, da Spacecom, o novo modelo aumenta o alcance dos equipamentos. A falta de cobertura de rede nos locais onde os monitorados devem ficar ou estão proibidos de ir pode levar o juiz responsável pelo caso a não optar pelo uso da torçoeleira, afirma.

com Filipe Oliveira e Mariana Graziani

INDICADORES



mercado

Governo pode elevar tributo financeiro por decreto, decide STF

Mathews Teixeira

BRASILIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (10) que a União pode alterar, sem aprovação de lei, a alíquota da contribuição do PIS/Pasep e da Cofins sobre o resultado do faturamento das empresas.

Por 8 votos a 10, os ministros declararam constitucionais uma legislação de 2004 que concedeu ao Poder Executivo a competência para mudar a alíquota que incide nos tributos por meio de decreto. A decisão irá destravar um total de 4.024 processos

que estavam suspensos em todo o país. O entendimento do Supremo sobre esse tema. A corte também definiu que o aumento tributário pode vigorar 90 dias depois da publicação do decreto.

Foram julgados em conjunto um recurso extraordinário e uma ação direta de inconstitucionalidade. O primeiro processo era mais amplo, enquanto o segundo tratava apenas da tributação de PIS/Pasep e Cofins sobre o alôdoc.

Nesse regime, a alíquota é mais baixa, porém os tomadores de crédito não têm créditos nas etapas anteriores do pagamento. No modelo cumulativo, a empresa não pode tomar crédito e a taxa é mais baixa.

O ministro disse que foi feita uma sugestão de redação para o caso, o então ministro do Supremo Tribunal Carlos Velloso. "Depreende-se do voto do Relator que foram adotados os seguintes critérios para se aferir a constitucionalidade do diálogo da lei tributária com o regulamento: 'a) a delegação de competência para que a receita, a qualquer momento, por decisão do Congresso, bio a standards ou padrões que limitam a ação do delegação; b) razoabilidade da delegação; c) dissimulação da delegação'.

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
PRÉDIO ELETRÔNICO Nº 116/20 - PROCESSO Nº 10083/20
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ASSINE A FOLHA
www.folha.com.br/assine

PRÉDIO ELETRÔNICO Nº 116/20 - PROCESSO Nº 10083/20
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PRÉDIO ELETRÔNICO Nº 00000
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT
PRÉDIO ELETRÔNICO Nº 00000
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DECLARAÇÃO DE PROPOSITO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
PRÉDIO ELETRÔNICO Nº 00000
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EDITAL DE CONVOCAÇÃO FUNDAÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

TECNISA S.A.
Mais construtora por você

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

ANIR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA SEGURANÇA
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS - Pagarmento de Ações
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança

DAEE - Departamento de Energia Elétrica
ARND DE PRECATORIO
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança
Atividades de Defesa e Segurança



ATIVISTAS FAZEM INTERVENÇÃO EM FRENTE AO GOOGLE EM SP

Depois de pintar a frase 'Vidas pretas importam' na av. Paulista... intervenções semelhantes foram feitas no Minhocão e na Nave de Julho...

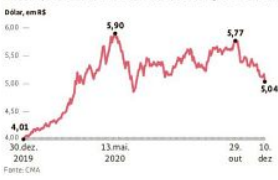
Dólar cai 2,5%, para R\$ 5,04, em resposta a sinais do Copom

Interpretação do mercado é que BC indicou que juros poderão subir, o que tende a desvalorizar moeda dos EUA

Júlia Moura

Dólar perde força em dezembro

Desde o mês recente, em outubro, a desvalorização é de 12,6%



Fonte: CMA

SAO PAULO O mercado brasileiro despontou no pregão des da quinta-feira (10). O real teve o melhor desempenho em todas as moedas do mundo na sessão, e a Bolsa brasileira, uma das maiores altas, a R\$ 5,040, menor valor desde 10 de junho.

A forte desvalorização da divisa é fruto da sinalização do Banco Central, na quarta (9), de que o ciclo de cortes de Selic caminha para um fim, do salto nos preços das commodities e da confirmação pelo Banco Central de que a saída parcial ao mercado na esteira do desmonte do over hedge.

Over hedge é uma proteção cambial adocada por bancos. Desfazer o over hedge implica compra de dólares, o que eleva o valor da moeda pela alta na procura. Na nota da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que manteve a Selic na mínima recorde de 2%, o comitê sugeriu pela primeira vez que seu ciclo de afrouzamento monetário poderia terminar em breve.

O comunicado disse que as condições para a orientação futura ainda se mantêm, mas delineou, pela primeira vez, um cenário no qual essa ferramenta poderia ser retirada. "O Copom foi bem agressivo em alguns pontos, levando a curva de juros a se fechar. Sinalizaram que vão fazer qual que movimento para conter a inflação, gerando essa parada no dólar", diz Paulo Correa, economista-chefe da Valor Investimentos.

Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São o principal referencial para os juros de empréstimos que são liberados atualmente, mas não no futuro. Nesta quinta, a taxa do juro para janeiro de 2026 caiu de 6,98% para 6,43%.

Segundo Correa, agora o mercado espera uma alta do juro nos cédo, no segundo trimestre de 2021. Antes, a previsão era terceiro trimestre.

Uma Selic mais alta beneficia todas as moedas do mundo na sessão, e a Bolsa brasileira, uma das maiores altas, a R\$ 5,040, menor valor desde 10 de junho.

A expectativa é que a Selic termine o próximo ano a 3%. Uma Selic mais alta beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Não a perspectiva de que o juro será elevado próximo ano e que o valor da moeda tende a cair. Estávamos com relevante distorção, com um câmbio alto demais e juro baixo demais. Agora, a necessária simetria que deve existir entre estes dois vetores tende a ser retomada", diz Sidnei Moura.

Neste domingo, o dólar fechou em queda de 0,25% ante a moeda brasileira, a R\$ 5,040, menor valor desde 10 de junho.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

Um dólar mais alto beneficia o real pelo fluxo estrangeiro na renda fixa brasileira. No ano, o dólar ainda sobe 2,6%.

TECNISA S.A. Mais construtora por m². Includes a list of projects and a detailed description of the company's services and infrastructure.

IBRA IMOB SMALL INDEX IGCT ITAG IGC. Includes a list of companies and their stock tickers.

Aumento da inflação é melhor que falta de alimentos, diz Bolsonaro

Preço de produtos alimentícios subiu 21,13% nos 12 meses até novembro

Por Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



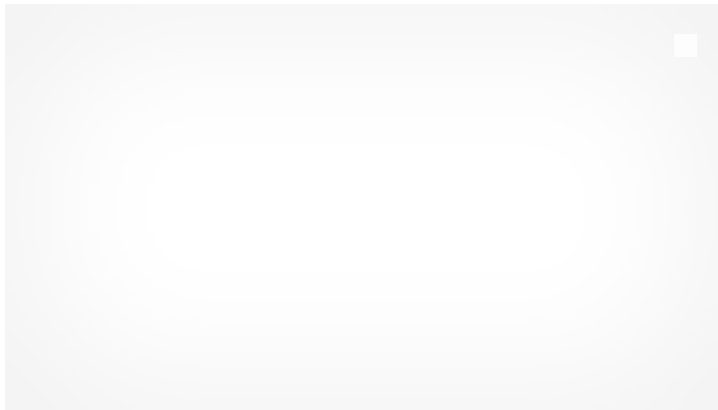
Presidente Jair Bolsonaro, em evento no Rio Grande do Sul: “Nós sabemos que a fome é uma péssima conselheira” — Foto: Alan Santos/PR

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que é preferível ter alta de inflação no país do que escassez de alimentos. A fala de Bolsonaro, durante a inauguração de uma obra em Porto Alegre, ocorre em meio à aceleração dos principais índices de inflação, puxada sobretudo pelos produtos da cesta básica.

Em novembro, o IPCA (inflação oficial) registrou elevação de 0,89% dos preços, a maior para o mês desde 2015. Em 12 meses, o índice já subiu 4,3% - acima dos 4% da meta perseguida pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, o preço dos alimentos subiu 21,13%.

A inflação dos alimentos costuma prejudicar sobretudo a população mais pobre.

PUBLICIDADE



Em seu discurso, no entanto, Bolsonaro elogiou os produtores rurais pela manutenção do trabalho durante a pandemia.

“O campo não parou [na pandemia], tivemos aumento anormal em alguns produtos, como óleo de soja, arroz. Agora, é melhor ou menos ruim uma inflação do que um desabastecimento”, afirmou. “Se o homem do campo tivesse ficado em casa, nós teríamos um caos no Brasil. E nós sabemos que a fome é uma péssima conselheira.”

À noite, em sua live semanal nas redes sociais, o presidente celebrou a queda do dólar como um sinal de vigor econômico.

“O dólar hoje quase baixou de R\$ 5, foi para R\$ 5,04. Então, a economia está indo bem. Chegou a bater em R\$ 5,74 em novembro, está em R\$ 5,04”, disse. “Isso tem um reflexo positivo para algumas coisas e negativo para outras.”

O presidente voltou a afirmar que a economia não pode ser deixada de lado durante a pandemia, bem como obras e outras ações do governo.

Ao elogiar a conduta do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, Bolsonaro ponderou que a atuação dele tem limitações pela lei do teto de gastos.

“O ministro Tarcísio tem colocado sua mente privilegiada a favor do desenvolvimento do país, apesar de que cada vez mais, pela emenda à Constituição do teto, nós temos menos recursos”, afirmou, antes de exaltar a atuação do Exército em obras pelo país.

A manutenção do teto é alvo de divergências no governo. Enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a manutenção do teto, Freitas e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, reivindicam a extrapolação do limite como forma de viabilizar mais investimentos públicos.

O discurso do presidente ocorreu na inauguração do eixo principal da nova ponte do rio Guaíba. O empreendimento, iniciado há seis anos, foi entregue parcialmente e há trechos que só serão entregues no ano que vem, segundo previsão do governo.

Diante de uma plateia de autoridades locais e integrantes da bancada gaúcha no Congresso, Bolsonaro pediu aos parlamentares para que escolham uma “boa mesa diretora” nas eleições para o comando da Câmara e do Senado.

“Oposição não pode ser feita em questões que envolvam interesses nacionais”, argumentou. Bolsonaro está empenhado em eleger um aliado para a presidência da Câmara, depois de uma relação turbulenta com o atual ocupante do cargo, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que não pode se reeleger. As apostas do governo estão centradas em Arthur Lira (PP-AL), mas a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é tida como um “plano B”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

Câmara autoriza entidades privadas a receberem repasses do Fundeb

Sob crítica da oposição, prevalece posição do governo de criar vagas privadas

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

11/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Soraya Santos: para deputada que articulou a mudança, partidos de esquerda têm preconceito contra filantrópicas — Foto: Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei para regulamentar as regras do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e autorizou que até 10% do dinheiro seja repassado para escolas filantrópicas, comunitárias, confessionais (ligadas a igrejas) e do Sistema S (Sesi e Senai) no ensino profissionalizante. A projeção é de que essas verbas subam de R\$ 15,8 bilhões hoje para R\$ 36,3 bilhões em 2026, o que permitirá que até R\$ 3,6 bilhões vá para entidades privadas.

A abertura causou polêmica com os partidos de oposição, que acusaram a redução das verbas para escolas públicas com essa mudança, mas foi aprovada por 258 votos contra 180, com apoio do governo Bolsonaro. Até o fechamento desta edição, ainda faltava concluir a análise de parte das emendas propostas pelos partidos, mas a intenção dos parlamentares era acabar a votação ontem porque o texto ainda precisa passar pelo Senado e estar sancionado até o fim do ano.

O projeto regulamenta as regras aprovadas numa emenda Constitucional este ano para aumento da transferência de verbas do governo federal para o Fundeb. Essa complementação hoje é de 10% do total de aportes dos Estados e, a partir de 2021, subirá gradualmente até chegar a 23% em 2026. Numa inovação, até 5% dessas verbas serão direcionadas para a educação básica e creches (de 0 a 5 anos).

Durante a votação da PEC, os deputados pressionavam pelo aumento das verbas com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o governo Bolsonaro resistia. Mas, na hora da votação, o governo resolveu apoiar a proposta e elevar o valor para 23% para criar uma marca própria na educação e contrapor o discurso da esquerda nessa área. Essas novas verbas serão repassadas proporcionalmente aos gastos por aluno de cada Estado e também com base na evolução dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem.

Esse projeto diz quais são esses indicadores que nortearão a divisão do dinheiro novo. O principal embate, contudo, deu-se sobre a permissão para que as escolas filantrópicas, comunitárias, confessionais e do Sistema S possam receber parte do dinheiro. Contrários, os partidos de oposição negociaram que essa liberação ficasse de fora do relatório do deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e que todo o dinheiro fosse direcionado para as escolas públicas, geridas por prefeituras e governos estaduais. Foi mantido apenas o uso para creches, pré-escolas, ensino especial no contraturno

e escolas no campo geridas por filantrópicas, por não existirem vagas suficientes no sistema público nesses níveis.

Mas os partidos de centro-direita e de direita e da base do governo defenderam emendas para permitir que prefeituras e governos possam fazer convênios com escolas filantrópicas e Sistema S para oferecer até 10% das vagas de cada nível de ensino. Essas vagas serão custeadas com as verbas do Fundeb e serão preenchidas por alunos que demonstrem “insuficiência de recursos, vedada a seleção para ingresso”.

A deputada Soraya Santos (PL-RJ), autora de uma das emendas, acusou os partidos de esquerda de terem preconceito com as entidades filantrópicas. “Queremos oferecer ensino de qualidade para nossos filhos, não importa se na escola pública ou filantrópica”, disse. “O repasse não é obrigatório e o Estado que vai decidir com quem ele vai conveniar”, apoiou a deputada Luísa Canziani (PTB-PR), autora da emenda que abriu o repasse ao Sistema S.

O deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) rebateu que essa destinação dará dinheiro público para entidades privadas e diminuirá a verba disponível para melhorar a qualidade do ensino das escolas públicas. “Eu leio no dicionário o conceito de filantropia e, no mundo inteiro, se faz filantropia com o seu dinheiro e não com recurso público”, ironizou. Ele defendeu que não faz sentido permitir o repasse de verbas nos ensinos fundamental e médio porque não há falta de vagas. “Isso vai diminuir o dinheiro das escolas públicas, que já está abaixo da média dos outros países.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO



Por Márcio Garcia

PhD por Stanford e professor titular do Departamento de Econ... ver mais

Dívida pública, muito maior e mais curta

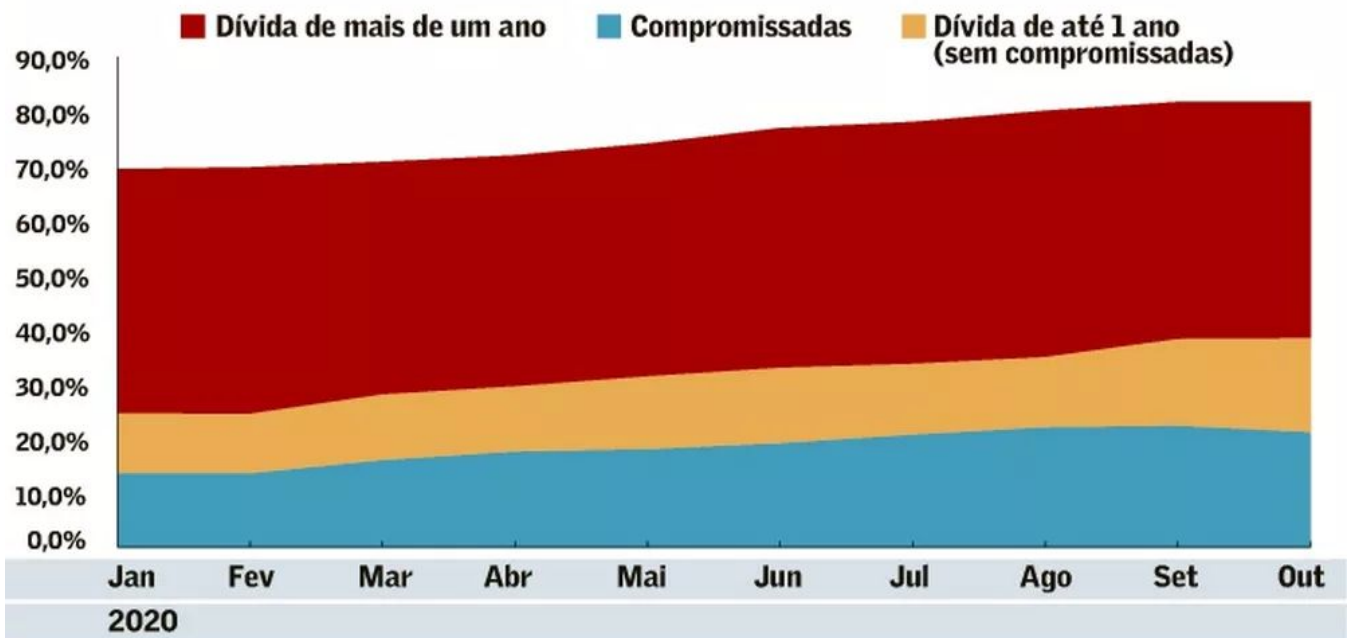
Diante de alto risco fiscal, encurtamento da dívida pública criou fator adicional de risco à estabilidade econômica

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

Parcela de curto prazo é a que mais cresce (% do PIB)



Fonte: Banco Central, elaboração do autor

As despesas relacionadas ao combate à pandemia forçaram o aumento vertiginoso da dívida pública. Há vários conceitos relevantes de dívida. Aqui nos ateremos à DPMFi (Dívida Pública Mobiliária Federal Interna), que é, grosso modo, a parte da dívida negociada no mercado.

O gráfico mostra que, em relação ao PIB, a dívida pública aumentou de 69,1% para 81,7%, de dezembro de 2019 até outubro de 2020, um notável aumento de 12,6% do PIB. O gráfico também mostra que o aumento da dívida pública de curto prazo (menos de um ano) no mesmo período foi de 14,7% do PIB, mais do que o aumento total da dívida pública.

Diante de alto risco fiscal, encurtamento da dívida pública criou fator adicional de risco à estabilidade econômica



A parcela da dívida pública de curto prazo é composta por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (TN) e pelas operações compromissadas, os repos, de responsabilidade do Banco Central (BC). As operações compromissadas são empréstimos que o BC toma dos (ou dá aos) bancos para regular a taxa Selic.


A taxa Selic é determinada no mercado de moeda. Quando há muita moeda, a taxa Selic tende a cair aquém do valor fixado pelo Copom (2% na reunião desta semana). Para não deixar isso ocorrer, o BC toma emprestada moeda dos bancos, enxugando a liquidez, via colocação das compromissadas, lastreadas em títulos públicos.

O crescimento, até outubro, da dívida de curto prazo deveu-se tanto aos títulos do TN (6,3% do PIB), quanto, principalmente, às operações compromissadas (8,4% do PIB). Ou seja, neste ano, o principal fator de crescimento da dívida pública não foram

os títulos do TN, mas as operações compromissadas do BC. Como e por que isso está ocorrendo?

O encurtamento da dívida de responsabilidade do TN, cuja maturidade média vem caindo já há alguns anos, advém de decisão de economizar na despesa de juros pagos sobre a dívida pública. Como a taxa Selic tem sido bem menor do que as taxas de prazos mais longos, o TN tem preferido emitir prioritariamente títulos curtos para gastar menos com juros.

Outra forma de que o TN vem se utilizando para reduzir o pagamento de juros é buscar recursos para pagar a dívida vincenda. A transferência para o TN dos lucros contábeis do BC com as reservas internacionais ou o pagamento pelo BNDES dos empréstimos anteriormente concedidos pelo TN são exemplos de fontes às quais o TN recorreu, e voltará a recorrer, para não ter que rolar parte da dívida.


Quando o TN resgata a dívida vincenda,  aumenta a quantidade de moeda no mercado, pois a Conta Única do Tesouro é diretamente no BC, por exigência constitucional. O aumento da quantidade de moeda tende a reduzir a taxa Selic aquém de sua meta, assim forçando o BC a enxugar tais recursos via operações compromissadas. Ou seja, ao não rolar sua dívida, o TN transfere ao BC a obrigação de fazê-lo. E, como mostra o gráfico, isto vinha sendo feito de forma cada vez mais intensa. A redução dos depósitos compulsórios realizada pelo BC no início da pandemia também foi parcialmente responsável pelo aumento das operações compromissadas.

Para tentar deter tal aumento substancial das operações compromissadas foram tomadas algumas medidas. Em outubro, o BC anunciou que iria limitar a quantidade de um dos tipos de operações compromissadas, as que eram roladas a cada Copom. O objetivo foi incentivar a troca de compromissadas por títulos do TN. Simultaneamente, observou-se o surgimento de um deságio no preço das LFTs, que são os títulos do TN que mais de perto competem com as compromissadas. Tal deságio tornou mais atraente comprar LFTs, que passaram a pagar mais do que a taxa Selic, enquanto as compromissadas pagam um pouco menos do que a Selic.

Tais medidas mostraram-se moderadamente bem sucedidas. A melhora recente do mercado internacional certamente contribuiu decisivamente para isso. Mas

eventuais aumentos no deságio das LFTs podem vir a afugentar novamente os investidores nesses papéis, sobretudo os fundos, cujas cotas podem voltar a apresentar variações negativas.

Quais os riscos do encurtamento da dívida pública? O principal risco, é claro, é o fiscal. Caso o teto de gastos venha a ser rompido, de fato e/ou de direito, haverá forte pressão vendedora de dívida pública e de compra de dólares. O encurtamento da dívida pública facilitaria eventual fuga de capitais. A literatura sobre os Sudden Stops (paradas bruscas, quando economias emergentes sofrem fuga de capitais e passam a enfrentar severas recessões) enfatiza o papel do encurtamento da dívida em aumentar a probabilidade de tais crises.

O encurtamento da dívida pública ajudou o TN a reduzir a despesa de juros. Mas, no ambiente de alto risco fiscal, criou componente adicional de risco à estabilidade macroeconômica. Não há almoço grátis. 

Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci Partners, escreve mensalmente neste espaço. (sites.google.com/view/mgpgarcia)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos

WTFACTS

LINK PATROCINADO

Os presentes que sua família deseja até 30%OFF! Confira já.

PHILIPS

LINK PATROCINADO

Muitas mulheres estão usando esta sandália ortopédica veja porque.

CONFORTPÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Coronavac está prestes a ser liberada, diz Instituto Butantan

VALOR INVESTE

La mano de Dios e a Aneel



VALOR INVESTE

CVM pode ser mais dura com os influenciadores digitais



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

IBGE: Serviços estão 16,6% abaixo de ponto mais alto da série, em 2014

Setor anotou sequência de 5 altas seguidas, mas ainda não recuperou as perdas da pandemia



11/12/2020 11:00 — Em Brasil

Premiê do Reino Unido diz que Brexit sem acordo comercial é cenário "muito provável"

Boris Johnson afirmou que negociações comerciais com a União Europeia não progrediram



11/12/2020 10:54 — Em Mundo

Cade aprova compra da corretora Necton pelo BTG Pactual

Negócio de R\$ 348 milhões foi anunciado em outubro

11/12/2020 10:47 — Em Finanças

Polícia Civil do RS indicia seis pessoas pela morte de Beto Freitas no Carrefour

O laudo apontou que o homem negro de 40 anos espancado em Porto Alegre morreu por asfixia



11/12/2020 10:47 — Em Empresas

China prende jornalista da "Bloomberg" em Pequim

Segundo Pequim, a jornalista chinesa foi presa sob suspeita de que ela estaria colocando em risco a segurança nacional

11/12/2020 10:24 — Em Mundo

Moura Dubeux anuncia quatro projetos no Nordeste com VGV de R\$ 307 mi

Construtora encerra ano com 10 projetos lançados, todos no segundo semestre, totalizando R\$ 769 mi em VGV bruto e R\$ 654 mi em líquido

11/12/2020 10:19 — Em Empresas

Instituto Brasil-Israel realiza debates em parceria com a Flip

Programação das mesas reúne nomes como Etgar Keret e Itamar Rabinovich



11/12/2020 10:12 — Em Eu &

Eneva aprova programa de recompra de até 0,34% de ações e propõe desdobramento

Caso aprovado o desdobramento antes do fim do programa de recompra, este deverá ser estendido para até 4,280 milhões de ações

11/12/2020 10:08 — Em Empresas

[VEJA MAIS](#)

Junta orçamentária define meta fixa de resultado primário para 2021

No projeto enviado em abril, a meta projetada foi de um rombo de R\$ 149,6 bilhões, mas ela não precisava ser cumprida porque poderia variar conforme a receita

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Junta Orçamentária bateu o martelo para definir uma meta fixa de resultado primário para o ano de 2021. O valor do déficit pode ser superior a R\$ 230 bilhões, segunda uma fonte. No PLDO enviado em abril, previsto para ser votado na próxima semana, a meta projetada foi de um rombo de R\$ 149,6 bilhões, mas ela não precisava ser cumprida porque poderia variar conforme a receita. No projeto de orçamento enviado em agosto, o déficit previsto já estava em R\$ 233,6 bilhões.

Para propor uma meta fixa, o governo vai ter que enviar um pedido de alteração ao PLDO. A definição de um alvo fixo ocorre por conta do Tribunal de Contas da União, que considerou que a ideia de um alvo variável violaria a Lei da Responsabilidade (LRF), embora isso seria aceitável nesse momento pós-pandemia, apenas não deveria se repetir nos anos seguintes.

Com um cenário econômico mais previsível, o Ministério da Economia considera não haver problemas em voltar à sistemática tradicional. É preciso, contudo, fazer agora algumas costuras políticas dentro e fora do governo para que o assunto possa chegar pacificado no Congresso, evitando ruídos na votação prevista para a próxima semana. Por isso, a decisão do governo ainda não foi oficializada.



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Opção é, mais uma vez, por meia-sola fiscal

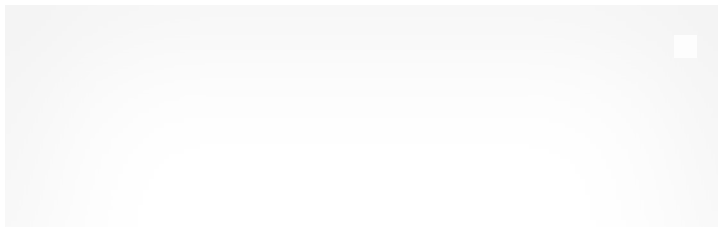
Delfim Netto considera que o país engessou demais o Orçamento, "por insensatez"

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As expectativas de que a PEC síntese das propostas de emenda constitucional do Pacto Federativo, Emergencial e dos Fundos dê ao Executivo as ferramentas para a gestão fiscal no ano que vem, respeitando o teto de gastos, podem se frustrar. O substitutivo da PEC 186, do senador Marcio Bittar (MDB-AC), ainda está sob discussão nas lideranças políticas do Congresso, mas o texto preliminar será de pouca valia para se ter uma política fiscal minimamente eficaz. Mais uma vez, caminhamos para uma meia-sola.

O substitutivo não comportou, por exemplo, a possibilidade de redução de até 25% dos salários e da jornada de trabalho do funcionalismo em casos de grave desequilíbrio fiscal. O Congresso continua a manter os privilégios do setor público frente aos trabalhadores do setor privado que, neste ano, por causa da pandemia tiveram seus salários e jornada cortados.

Equilíbrio fiscal é a mãe de todos os equilíbrios, diz Delfim



Não incluiu nenhum dos três D - a desindexação, a desobrigação e a desvinculação das receitas à despesas previamente definidas. Para ter noção do tamanho do engessamento orçamentário da União, de um total de R\$ 1,6 trilhão de receitas, somente R\$ 108,4 bilhões são de livre aplicação pelo Executivo federal, sendo que R\$ 16 bilhões correspondem às emendas parlamentares.

E não incorporou, também, a unificação dos gastos em saúde e educação, de forma a desvincular o piso dos dois orçamentos. Isso daria alguma margem de manobra para os gestores considerarem a questão demográfica, já que o envelhecimento da população vai demandar mais gastos com saúde do que em educação.

Aparentemente o relator desvinculou os recursos dos cerca de 200 fundos setoriais. Mas imediatamente os “revinculou” aos gastos na erradicação da pobreza e em projetos de infraestrutura, dentre outros.

O substitutivo traz, ainda, punição para o caso de não haver o cumprimento de um “plano de redução de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia (...)”. Assim, se o presidente da República não apresentar tal proposta em 90 dias (a contar da data de promulgação da PEC), estará incorrendo em crime de responsabilidade. Os congressistas terão seis meses para votar a proposta, caso contrário ficarão suspensas as emendas parlamentares.

No âmbito da administração federal, o substitutivo se resume praticamente a três medidas: acionar os gatilhos do teto de gastos quando as despesas obrigatórias chegarem a 95% da despesa primária total, extinguir fundos públicos e reduzir os subsídios (gastos tributários, subsídios financeiros e creditícios). O objetivo é cortar a conta dos subsídios dos atuais 4,3% do PIB para 2% do PIB em cinco anos.

O impacto fiscal da PEC só ocorrerá a partir de 2022, pois, como lembra o pesquisador do Insper Marcos Mendes, os gatilhos já foram acionados pela Lei Complementar 173 até o fim de 2021. Não haverá, assim, redução adicional de

despesas para o ano que vem. Para 2022, o impacto desses gatilhos é bastante modesto, próximo a R\$ 5 bilhões, o que está longe de resolver as pressões sobre o teto que já superam R\$ 20 bilhões.

Mendes faz mais reparos à PEC. Na questão dos subsídios, por exemplo, tem a meta de redução dos gastos em cinco anos, mas, como cada artigo tem o seu senão, o texto diz que “não serão contabilizados para o atingimento da meta” os seguintes subsídios que, somados, correspondem à 50% do total dos gastos tributários: Simples Nacional; isenções tributárias para entidades beneficentes, filantrópicas e sem fins lucrativos; subsídios ligados à função de desenvolvimento regional; Zona Franca de Manaus e desoneração da cesta básica. “Ou seja, a regra é praticamente irrelevante, gerando ganho de receita equivalente a 0,15% do PIB”, segundo as contas do pesquisador.

A conclusão de Mendes é que, se aprovado o texto do projeto substitutivo, “acabará a esperança de que a PEC emergencial ajude o cumprimento do teto. Terão que ser buscadas outras medidas”.

Em debate ontem patrocinado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), o ex-ministro Delfim Netto foi taxativo: “É o investimento público que dá ao setor privado a garantia de que haverá crescimento”. Portanto, é imperativo que se busque espaço nas despesas obrigatórias para o investimento público, sem o que não haverá investimentos privados e “nunca mais voltaremos ao crescimento econômico”. A isso Delfim adiciona a questão de insegurança jurídica e faz um apelo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida questões relevantes no plenário, e não de forma monocrática.

O ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia, também presente no debate, considerou a tentativa de eliminar a lei do teto de gastos uma “tragédia” e, diante do quadro de grave desequilíbrio nas contas públicas e expansão da dívida/PIB para a casa dos 100%, defendeu uma segunda rodada de reforma na Previdência e uma boa reforma administrativa, pois a proposta do Executivo é tímida.

“O equilíbrio fiscal é a mãe de todos os equilíbrios”, sem o qual a saída será a dominância fiscal e a volta da hiperinflação, disse Delfim.

Como constituinte em 1988, Delfim faz uma avaliação bastante crítica das decisões tomadas na época. “Por um ato de insensatez, nós engessamos demais o Orçamento” que hoje reflete as prioridades de 32 anos atrás. Ali criou-se, também, segundo ele, uma burocracia que se apropria do excedente produtivo de uma “maneira extravagante”.

Há uns 30 anos que o drama fiscal está à nossa frente, agravado pelos gastos com a pandemia. Falta compreensão, convicção e coragem nos três Poderes para enfrentá-lo. O Executivo e o Legislativo se digladiam em torno de uma proposta que vai sendo desidratada até tornar-se irrelevante; e o Judiciário não tem a menor sensibilidade para com as restrições orçamentárias.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador
NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

Muitas mulheres estão usando esta sandália ortopédica veja porque.
CONFORTPÉ

LINK PATROCINADO

Os presentes que sua família deseja até 30%OFF! Confira já.
PHILIPS

LINK PATROCINADO

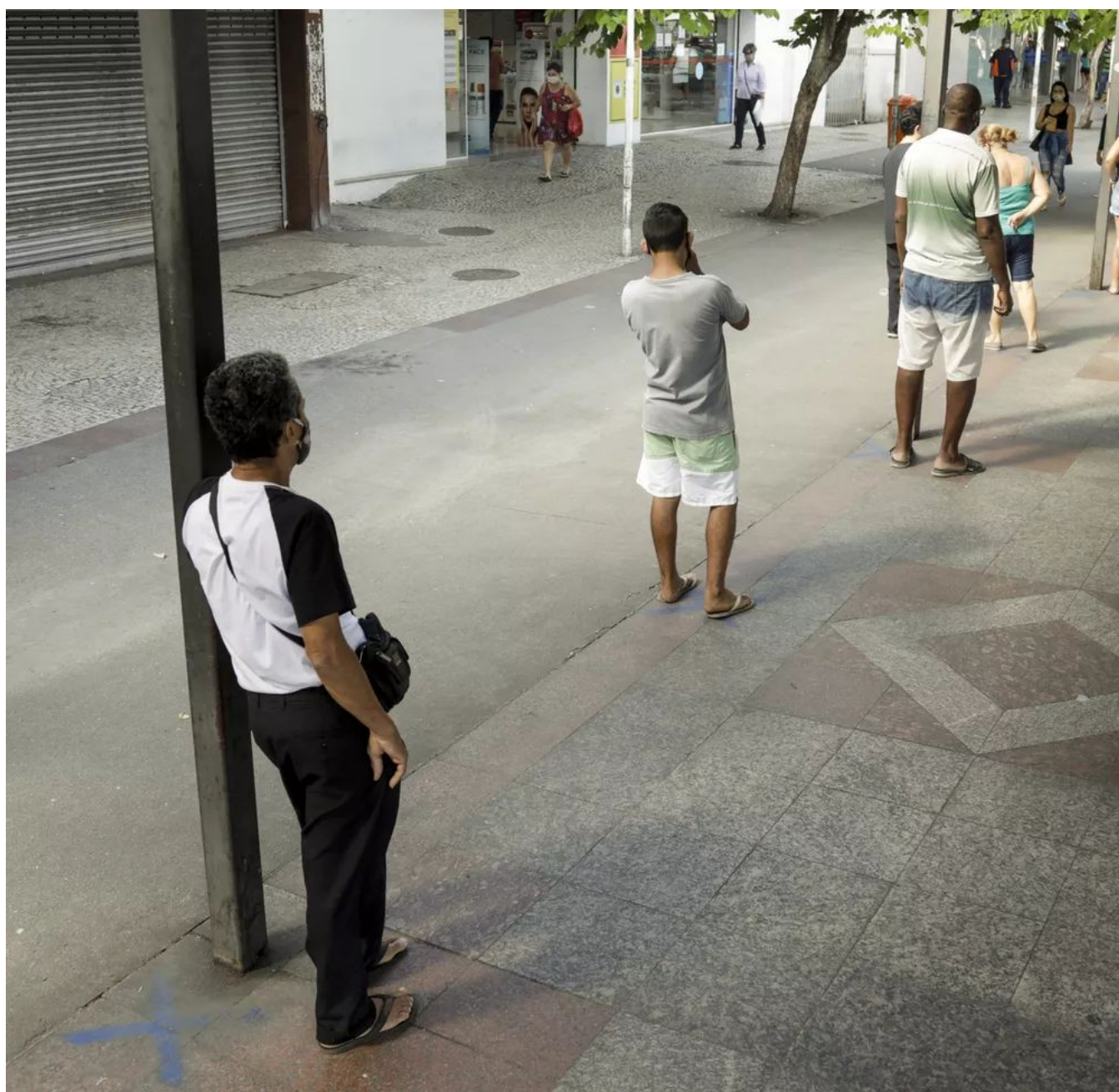
A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos

Por um regime fiscal adequado à Constituição

O teto não fornece instrumentos auxiliares à gestão fiscal

Por Élda Graziane, Leonardo Ribeiro e Fábio Terra

11/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

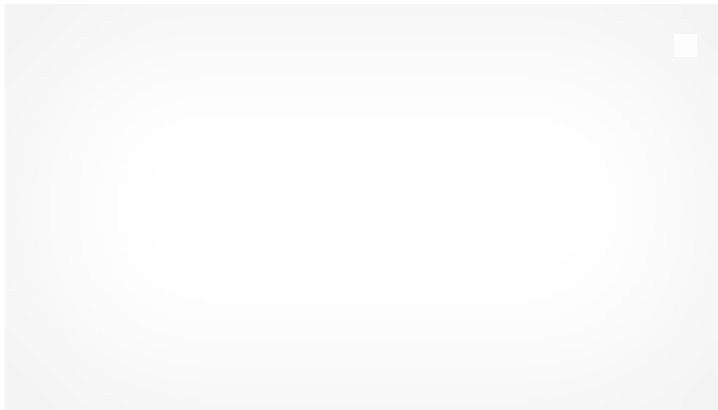


O desafio das finanças públicas brasileiras é grande: resguardar sustentabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, efetivar no ciclo orçamentário a Constituição de 1988.

Nesse contexto, apenas impor um limite para as despesas primárias, como fez a Emenda 95/2016, é opção ruim. O teto não enfrenta fragilidades tributárias, não baliza despesas financeiras, também não orienta para onde as finanças públicas devem rumar no médio prazo, nem fornece instrumentos auxiliares à gestão fiscal.

Este artigo sugere uma lógica e dois instrumentos para aperfeiçoar o regime fiscal brasileiro, de modo a conciliar efetividade da Constituição e “controlabilidade” dos recursos públicos.

PUBLICIDADE



O teto arbitrou como problemáticas as despesas primárias que efetivam os direitos fundamentais

Em primeiro lugar, regime fiscal, de fato, constitucionalmente adequado demanda um sistema tributário progressivo e simples, assim como balizas de transparência e razoabilidade para a gestão das despesas financeiras. Mais ainda, é preciso estabelecer plano fiscal de médio prazo, que seria o ponto para o qual as finanças públicas devem rumar. Tudo isso estaria sujeito às referências de limites de dívidas consolidada e mobiliária, já exigidas pela CF.

Para se alcançar tal ponto de chegada, deve haver também meta operacional na forma de limite de gastos, mas diferente do Teto, que assumiu a falsa premissa de que a Constituição não cabe no orçamento. Esse limite de gastos precisa 1- efetivar o

texto constitucional conforme o planejamento setorial das políticas públicas, 2- ser realista, 3- ter válvulas de escape claras, 4- proteger investimentos públicos e 5- ser gradualista no ajuste fiscal. Não é tarefa fácil. Mas, a solução fácil, o Teto, é inexecutável.

Sabe-se que um regime fiscal constitucionalmente adequado requer ainda instrumentos que racionalizem e deem previsibilidade à meta operacional. Assim, sugerem-se dois: o “spending review” e o “forward guidance”.

O instrumento para monitorar e melhorar a ordenação de prioridades das contas públicas é o “spending review”. É uma ferramenta já adotada em países da OCDE, como Austrália, Reino Unido, Estados Unidos e Holanda. O “spending review” é processo institucional, transparente e coordenado de revisar programas governamentais, em esforço de controle que retroalimenta o planejamento orçamentário. Sua base racional é a avaliação sistemática do gasto público, gerando economia que abre espaço para novos programas e para a gestão do equilíbrio intertemporal do ciclo orçamentário e da dívida pública.

Por um lado, busca-se a eficiência técnica com reformas que tragam melhores serviços públicos com o mesmo ou menor custo. Por outro lado, persegue-se a otimização alocativa via a melhor combinação dos recursos empregados.

Nota-se que o “spending review” pressupõe uma gestão pública comprometida com custos e resultados (metas financeiras e físicas), a partir do sistemático gerenciamento de programas para fins de “efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”, tal como exigido pelo art. 165, §10 da CF.

Todos os agentes envolvidos na condução das políticas públicas são incentivados a apresentar e executar propostas que façam mais eficiente o gasto público, assim como a demonstrar os resultados dos programas governamentais. Tenha-se claro que o serviço público é intensivo em mão de obra e o desempenho dos servidores públicos é essencial na aferição da qualidade dos gastos. Um desempenho recorrentemente insuficiente gera demissão dos servidores, nos moldes do art. 41 da CF, mas, claro, com transparência e proteção contra patrimonialismo.

A experiência internacional também ensina que os objetivos e os critérios do “spending review” devem ser transparentes e divulgados em relatórios, apreciados pela academia e instituições independentes. O governo é incentivado a interagir com a sociedade para melhorar o custo e os resultados da prestação de serviços públicos.

Nesse sistema de revisão de gastos, as despesas obrigatórias que amparam o cumprimento da Constituição teriam maior eficiência. Monitorar e avaliar o executado vis-à-vis o planejado guarda consonância com o art. 74, incisos I e II da CF, o que permite reordenar as prioridades, ressignificando o gasto obrigatório não como perene no tempo, mas como aquele que admite ajuste para uma mais efetiva entrega à sociedade.

Vale lembrar que o Teto não garante per se eficiência e equidade ao gasto público, na medida em que apenas tende a achatar despesas discricionárias, sem avaliar dinamicamente os resultados das despesas obrigatórias (primárias e financeiras) e dos gastos tributários.

Outro instrumento para melhorar o processo de eleição de prioridades alocativas é o “forward guidance”. Essa ferramenta foi adotada na política monetária pós-crise de 2008, como meio de os bancos centrais conduzirem as expectativas sobre o futuro dos juros básicos. Embora vindo da política monetária, o “forward guidance” pode ser aplicado à política fiscal, até porque corresponde, na prática, aos princípios da motivação e do planejamento.

Na verdade, o Tesouro Nacional já usa esse instrumento informalmente nos Planos Anuais de Financiamento, que trazem, por exemplo, intervalo esperado para a dívida pública. Porém, por ser informal, a ferramenta não cria enforcement. Oficializando-o, o Tesouro anuncia o que pretende fazer para primeiro alcançar sua meta operacional e então atingir sua referência fiscal de médio prazo.

Faz-se “forward guidance” por anúncios, quantitativos, qualitativos, temporais e “state-contingent”. Essas formas podem se misturar e o desafio do instrumento é ser crível, não apenas nos anúncios, mas na capacidade de os executar. Um enforcement bastante rígido decorre da junção dos parâmetros quantitativo e

temporal. Uma forma branda é a qualitativa state-contingent, que informaria, por exemplo, que a dívida pode crescer enquanto houver recessão.

Os resultados do “forward guidance”, ainda que na política monetária, indicam redução dos juros longos, afeitos à política fiscal. O prêmio pago na ponta longa da dívida pública corresponde à expectativa dos vários riscos percebidos quando se emprestam recursos ao governo. Por meio do “forward guidance”, as autoridades balizam essas expectativas, buscando conduzi-las racional e legitimamente.

Enfim, o teto arbitrou como problemáticas as despesas primárias que efetivam os direitos fundamentais da CF, mas manteve intactas as opções de tributação e as despesas financeiras.

Formar um regime fiscal constitucionalmente adequado exige revisão do Teto e sua substituição por arcabouço melhor, que absorva instrumentos como “spending review” e “forward guidance”. Afinal, a lógica é que as finanças públicas resguardecam, de fato e de direito, vida digna aos brasileiros.

Élida Graziane Pinto é professora da FGV e Procuradora do MPC-SP.

Leonardo Ribeiro é economista e Analista do Senado Federal.

Fábio Terra é professor da UFABC e do PPGE-UFU.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

PSYCHICMONDAY

Prefeituras perdem R\$ 1,3 bi em royalties de petróleo

Queda foi de 10% no período de 12 meses até agosto deste ano, aponta levantamento

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A queda nos preços do petróleo somada à retração no consumo da commodity provocada pela pandemia gerou perda de R\$ 1,325 bilhão para municípios que recebem royalties e participações especiais, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A queda em 2020, considerando o período de 12 meses terminado em agosto, foi de 10%.

Na lista das cidades mais afetadas pela diminuição das transferências, só o município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, perdeu R\$ 197,4 milhões na comparação com o intervalo de setembro de 2018 a agosto de 2019. Em Ilhabela (SP), a redução foi de R\$ 171,88 milhões, e, em Presidente Kennedy (ES), de R\$ 137,12 milhões.

Consultor técnico da CNM, Eduardo Stranz explica que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) traçam estimativas anuais para a receita de royalties e participações especiais de Estados e municípios. As projeções levam em consideração, além do preço médio do barril de petróleo, a estimativa de produção dos campos petrolíferos e a cotação média do dólar frente ao real. “As estimativas são reavaliadas a cada bimestre pelas prefeituras”, acrescenta Stranz.

O problema é que a cotação internacional da commodity variou enormemente ao longo de 2020. Tomando por base os preços nos contratos no mercado futuro para o petróleo do tipo Brent, logo no primeiro vencimento, o valor da commodity alcançou logo em 6 de janeiro a sua máxima no ano: US\$ 68,91, segundo o **Valor Data**. Três meses e meio depois, em 21 de abril, a cotação do Brent chegava à mínima (até agora) de US\$ 19,33. Ontem, a alta de mais de 4% no contrato futuro do petróleo do tipo Brent terminou o dia no patamar de US\$ 50,90 por barril.

Stranz destaca que a frustração de receitas pode gerar situação delicada para prefeitos em fim de mandato. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu último ano de mandato, o prefeito ou governador não pode deixar restos a pagar (despesas assumidas mas não quitadas até 31 de dezembro) para seu sucessor sem que haja recursos em caixa para quitação destes compromissos financeiros.

Os cálculos da CNM indicam que, na comparação entre 2019 e 2020, o volume de royalties destinados às prefeituras foi agora R\$ 431,47 milhões menor. No mesmo período de 12 meses terminado em agosto, as participações especiais encolheram em R\$ 828,37 milhões. Já o Fundo Especial do Petróleo (FEP) perdeu R\$ 65,35 milhões na comparação anual.

No Estado do Rio de Janeiro, que concentra boa parte da produção petrolífera no país, o recuo no volume de receitas de royalties e participações transferidas aos municípios no período pesquisado foi de 5%, contra 32% no Espírito Santo, por exemplo. A variação módica em termos percentuais no Rio é explicada pela entrada em operação de novos poços no campo de Lula (Tupi), na região do pré-sal.

Stranz, da CNM, lembra que os efeitos recessivos da pandemia também se fizeram sentir na arrecadação de tributos municipais, como o ISS e o IPTU, o que aumenta a pressão sobre o caixa das prefeituras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

União vence no STF disputa de R\$ 32 bilhões sobre PIS e Cofins

Ministros mantiveram lei que autorizou restabelecimento de alíquotas por decreto

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

11/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



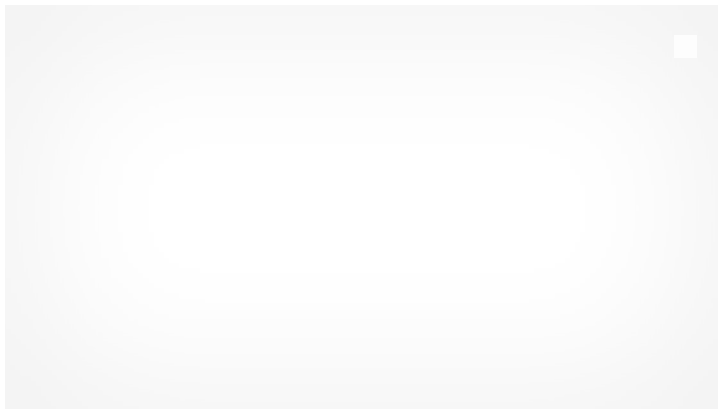
Relator, ministro Dias Toffoli: orientação no sentido de que a legalidade tributária não é fechada vem sendo reforçada pelo Supremo Tribunal Federal — Foto: Andre Coelho/Valor

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou válida a previsão da Lei nº 10.865, de 2004, que permite redução ou restabelecimento das alíquotas de PIS e Cofins por norma infralegal. Na prática, a decisão autorizou aumento dos percentuais sobre receitas financeiras de pessoas jurídicas no regime não cumulativo, que estavam zerados e passaram a 4,65%. O placar foi de oito votos a um.

O entendimento adotado pelo ministros, porém, representou uma vitória para as distribuidoras de combustíveis e lubrificantes. Em outro processo, julgado conjuntamente, conseguiram manter alíquotas reduzidas das contribuições sociais, com base na mesma argumentação. A discussão, porém, envolvia outras leis.

O impacto da tese sobre receitas financeiras, em caso de derrota, era estimado em R\$ 32,8 bilhões pela União. O valor leva em consideração o que foi recolhido pelos contribuintes entre 2015 e 2018, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.

PUBLICIDADE



A discussão foi analisada por meio de recurso extraordinário (RE 1043313) contra a Lei nº 10.865, de 2004, que zerou as alíquotas do PIS e da Cofins e autorizou, no artigo 27, o restabelecimento até o patamar de 11,75%. No ano seguinte, para aumentar a arrecadação, o governo federal, por meio do Decreto nº 8.426, elevou os percentuais para 0,65% e 4%, respectivamente.

No outro processo (ADI 5277), a Procuradoria Geral da República (PGR) questionava dispositivos da Lei nº 9.718, de 1998, que autorizam o Executivo a fixar e alterar coeficientes para redução das alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a receita bruta na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, e sobre os regimes especiais de cobrança.

Em sustentação oral, o procurador Paulo Mendes, da Fazenda Nacional, destacou que as empresas se beneficiaram das alíquotas zero sobre as receitas financeiras por dez anos. “O contribuinte pede a inconstitucionalidade apenas do decreto que restabeleceu as alíquotas. Veja a perplexidade que isso gera”, afirmou.

A mudança por decreto, acrescentou, é um instrumento de eficiência estatal, para que a União possa intervir a depender da situação da economia. “Não podemos interpretar segurança jurídica como possibilidade de petrificação.”

Para o advogado Fabio Calcini, que representou a Associação Brasileira do Agronegócio (Abat), não se pode entender que mudança nas alíquotas significou mero restabelecimento. “É aumento de tributo”, disse. Ainda segundo o advogado, no sistema tributário, o constituinte estabeleceu que não haverá aumento ou criação de tributos se não por lei.

Advogada do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Ariane Guimarães afirmou que, no caso da ADI, a consequência da decisão seria contrária à das receitas financeiras, prejudicando todos que confiaram no regime, há mais de 12 anos. Se a devolução fosse exigida em 2017, os contribuintes de álcool deveriam R\$ 19 bilhões, o que levaria a aumento no valor do produto, estimado em 44%.

Em seu voto, o relator, ministro Dias Toffoli, afirmou que nas duas ações estava em jogo o princípio da legalidade tributária. Ele acrescentou que a orientação no sentido de que a legalidade tributária não é fechada vem sendo reforçada pelo STF. “Aqui, mais do que em outros casos, há fundamentos legítimos para qualquer solução”, afirmou.

O ministro disse que privilegiou a solução política dada pelo Congresso. Ou seja, a existência de previsão legal para as alterações pelo Executivo. Ele analisou as duas ações com as mesmas premissas. Considerou que algumas condições são necessárias para poder haver redução ou restabelecimento de alíquotas, como função extrafiscal, um teto fixado e critérios para as alterações.

A tese fixada na repercussão geral afirma que “é constitucional a flexibilização da legalidade tributária constante no parágrafo 2º do artigo 27 da Lei nº 10.865/2004, no que permitiu ao Poder Executivo, prevendo as condições e fixando os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e Cofins incidentes sobre receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo, estando presente o desenvolvimento de função extrafiscal”.

O mesmo entendimento foi aplicado ao outro processo, com a manutenção do regime solicitado pelo Sindicom. O relator ainda estabeleceu respeito à anterioridade nonagesimal. “O simples fato de as contribuições serem majoradas pelo Poder Executivo nas hipóteses em que isso se mostra possível não afasta a incidência dessa regra”, afirmou.

O relator foi seguido pelos ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. O ministro Marco Aurélio Mello ficou vencido. Luiz Fux não participou da sessão e Cármen Lúcia não votou por problemas de conexão.

De acordo com a advogada Valdirene Lopes Franhani, a decisão coloca em cheque o princípio da legalidade, criando uma flexibilização em favor do Poder Executivo, sem base constitucional.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador
NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos
WTFACTS

LINK PATROCINADO

Os presentes que sua família deseja até 30%OFF! Confira já.
PHILIPS

LINK PATROCINADO

Cão doberman agarra bebê, então pais descubrem o motivo surpreendente que o levou a isto

Veto expõe mais um conflito entre Guedes e Marinho

Criticada por empresários, recusa a socorro de R\$ 4 bilhões para transporte coletivo opôs os dois ministros

Por Daniel Rittner — De Brasília

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



NEGOCIAÇÃO
DE DÍVIDAS



ASSISTA





Rogério Marinho e Paulo Guedes: socorro a setor de transporte é novo capítulo do embate entre os ministros — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O veto presidencial ao socorro de até R\$ 4 bilhões para o sistema de transporte coletivo se transformou no mais novo capítulo do embate entre os ministros Paulo Guedes (Economia) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), que se reflete também nas equipes de cada pasta.

Nos bastidores, auxiliares de Guedes e de Marinho se culpam mutuamente pela recusa do presidente Jair Bolsonaro em sancionar o pacote de ajuda. O veto ao projeto de lei foi duramente criticado por empresários e por prefeitos. As operadoras de ônibus, trens urbanos e metrô alegam ter tido perdas bilionárias decorrentes da pandemia de covid-19.

As empresas reclamam que houve um tombo sem precedentes na movimentação de passageiros com a pandemia. Argumentam que a demanda não voltou ao normal até hoje e que a oferta de assentos jamais diminuiu na mesma proporção, agravando o desequilíbrio entre receitas e despesas das operações.

Desde que o PL 3.364 foi aprovado no Congresso Nacional, em 18 de novembro, houve intensas discussões entre Economia e Desenvolvimento Regional sobre a fonte dos recursos para o socorro às empresas de mobilidade. O projeto aponta o uso do saldo do Fundo das Reservas Monetárias - extinto em junho com quase R\$ 9 bilhões à época - para arcar com o repasse para Estados e municípios fazerem o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de operadoras.

Nas três últimas semanas, porém, voltou à mesa das equipes de cada ministério de onde viriam os recursos. A informação corrente na Esplanada é que o saldo do fundo extinto já estava comprometido com outras finalidades. Por isso, a Economia pediu ao Desenvolvimento Regional que mandasse pedido de crédito suplementar para o socorro.

É a partir daí que a divergência se acentuou. Já havia um clima de insatisfação mútua no ar. Os auxiliares de Marinho reclamavam que a equipe econômica aproveitou a tramitação do projeto para incluir no texto, à revelia do ministério setorial, uma espécie de marco regulatório do transporte coletivo - com exigências de licitação dos serviços de ônibus nos municípios, auditoria independente no balanço das viagens a partir de 2021 e incentivos à bilhetagem eletrônica.

Para a turma de Guedes, o Desenvolvimento Regional desperdiçava uma oportunidade importante de modernização dos serviços nas grandes cidades e estaria agindo para vetar parte das exigências incluídas na versão final do PL. Essa primeira indisposição, no entanto, foi remediada na tentativa de encontrar uma solução.

Quando chegou à fonte dos recursos, o mal-estar cresceu. Na Economia, a versão é de que Marinho se negou a enviar um ofício pedindo oficialmente crédito suplementar para bancar o repasse. Sem o ofício, não há orçamento disponível. Sem orçamento, fere-se a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Desenvolvimento Regional repudia a versão. Na verdade, sustenta-se no entorno de Marinho que o ministro insistiu na necessidade de fazer o repasse por meio do Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Só assim, conforme essa versão, os recursos chegariam a governadores e prefeitos ainda neste ano. Então, nos primeiros meses de 2021, os entes federados fariam a repactuação dos contratos e o dinheiro chegaria na ponta final.

Por qualquer outra alternativa, defendeu a equipe de Marinho, haveria “empoçamento” dos recursos por um simples fato: a execução orçamentária ficaria para o ano que vem, fora portanto do “Orçamento de Guerra”, quando passa a valer novamente o teto de gastos. Na prática, dizem fontes do Desenvolvimento Regional, o dinheiro jamais alcançaria as operadoras.

No fim das contas, o veto de Bolsonaro recorre justamente à alegação de que a despesa do governo federal com o socorro “poderia ultrapassar o período de calamidade pública” estabelecido por decreto legislativo e “acarretar redução de receita após 2020”.

A mensagem presidencial, encaminhada ontem ao Senado, diz que o Ministério da Economia, ouvido, apresentou essas argumentações. Não houve nenhuma referência ao Desenvolvimento Regional.

“O veto integral é um equívoco”, afirmou a Confederação Nacional do Transporte (CNT), em nota. Para a entidade, o ato compromete a sustentabilidade dos sistemas e coloca em risco milhares de empregos diretos e indiretos, além de onerar a população mais carente, maior usuária dos serviços de transporte coletivo.

Na nota, a CNT lembrou que o texto aprovado foi “discutido e construído de forma conjunta” entre Congresso Nacional, governo e associações empresariais, o que aumentou a surpresa com o veto.

A Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros Sobre Trilhos (ANPTrilhos), que reúne empresas de trens e metrô, afirmou ter recebido com “indignação” a notícia. As operadoras pediram que o socorro seja reavaliado “de maneira célere” e compararam sua situação com a de outros setores, como aviação civil e energia elétrica, que receberam apoio do governo federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

PSYCHICMONDAY



Por Humberto Saccomandi

Humberto Saccomandi é editor de Internacional do Valor desde... [ver mais](#)

Vírus da concentração econômica vai persistir

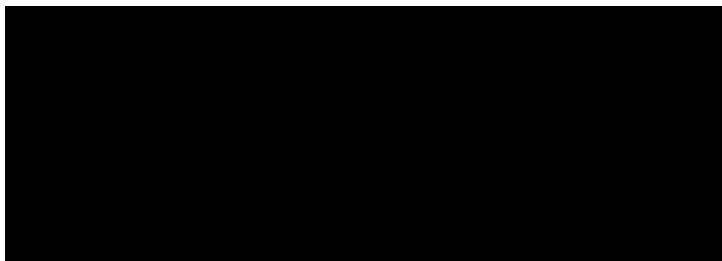
A vacinação traz esperança de superar a pandemia, mas até lá ela vai reforçar o processo de aumento da concentração econômica. Países que vacinarem primeiro sua população vão favorecer suas empresas e seus trabalhadores

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O início da vacinação contra a covid-19 traz uma luz de esperança de que um dos períodos mais difíceis desde a Segunda Guerra Mundial finalmente possa ser superado. Mas esse processo será longo e até lá a vacinação vai reforçar um dos efeitos mais perversos da pandemia: o aumento brutal da concentração econômica, entre pessoas, empresas e países. As cicatrizes serão profundas e durarão por muito tempo.

A vacinação acentuará o processo de concentração econômica ao favorecer os países mais ricos e poderosos, que vacinarão antes as suas populações. O primeiro país a aprovar uma vacina que passou pelos processos convencionais de verificação foi o Reino Unido, que já iniciou a vacinação. O Canadá foi o segundo. Os EUA devem aprovar a primeira vacina nos próximos dias. A União Europeia (UE), ainda neste mês.

Desigualdade entre pessoas, empresas e países vai crescer



A primeira vacina aprovada no Ocidente foi a da Pfizer-BioNTech, que é proibitiva para a maior parte do mundo devido à necessidade de mantê-la refrigerada a -70°C. A segunda deverá ser a da Moderna, que também precisa dessa refrigeração. Essas vacinas foram adquiridas quase que exclusivamente por países ricos.

Especula-se (não há informação oficial) que a China já iniciou um programa de vacinação em massa com vacinas de suas empresas, que ainda não foram certificadas. A Rússia acelerou a aprovação de uma vacina local (antes de concluídos os testes clínicos) e já iniciou a vacinação, mas o processo tem sido lento devido à capacidade de produção limitada.

A distribuição desigual das vacinas contribuirá assim para reforçar o processo de concentração econômica gerado pela covid-19. Enquanto a maior parte do mundo ainda permanecerá mergulhada na pandemia ao longo de 2021, países ricos conseguirão uma taxa elevada de imunização possivelmente em algum momento do segundo trimestre.

Ter cidadãos vacinados permitirá que as empresas desses países possam funcionar normalmente, que setores importantes, como o de turismo, sejam reativados, que os empregos voltem, e a economia se recupere. Os benefícios do controle da epidemia são evidentes nos países que conseguiram isso antes mesmo da vacina, como a China, cuja economia já está em aceleração.

“As disparidades causadas pela crise da covid-19 são gritantes, e a produção e distribuição de vacinas provavelmente enfatizarão a capacidade limitada da maioria dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos de responder à crise”, afirmou a Unctad em relatório neste mês.

Mas a vacinação é apenas um de uma série de fatores que vêm estimulando o acúmulo de riqueza e de poder econômico num número restrito de pessoas, empresas e países.

O fator mais óbvio é a perda de renda dos trabalhadores cujas atividades foram mais atingidas. Demissões e redução de horas trabalhadas levaram à contração de 10,7% da massa salarial global nos primeiros 9 meses deste ano (em relação ao mesmo período de 2019), segundo estimativa a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isso significa uma perda de US\$ 3,5 trilhões em salário. Todos os países ricos e alguns países de renda média adotaram programas de apoio à renda do trabalhador. No caso do Brasil, esse programa acaba neste mês. Já muitos países europeus prorrogaram os seus.

Em contraste com essa perda de renda de uma parte significativa da população mundial, uma minoria ganhou dinheiro. A capitalização de mercado global (isto é, o valor das empresas listadas em bolsa) cresceu de US\$ 66,33 trilhões (um ano atrás) para US\$ 78,74 trilhões (nessa terça-feira), segundo estimativa da S&P. Ou seja, um pequeno grupo de pessoas com aplicações em bolsa ficou US\$ 12 trilhões mais rico.

A Black Friday também expôs esse processo de concentração. Enquanto as vendas de lojas físicas caíram em relação a 2019, as vendas online dispararam em todos os países, concentradas em umas poucas plataformas digitais. Isso era uma tendência que já vinha ocorrendo, mas que se acelerou com a pandemia.

Em geral, companhias que estavam capitalizadas ou que tiveram acesso a crédito e/ou ajuda do Estado conseguiram resistir bem à crise da covid-19. Mas essas em geral são empresas grandes. Pequenas e médias empresas estão sofrendo mais. Muitas acabam fechando, o que cede fatia de mercados para concorrentes, reforçando a concentração de mercado.

Assim como os países ricos conseguiram ajudar mais os seus cidadãos ao longo da crise, conseguiram também apoiar mais as suas empresas. Mesmo entre os países ricos, Itália e Espanha reclamaram por não terem espaço fiscal para socorrer suas empresas do mesmo modo como outros países europeus estavam fazendo, o que levou a UE a afrouxar suas regras fiscais.

O fato de alguns países conseguirem apoiar suas empresas e outros não acaba gerando um desequilíbrio na concorrência, com grande vantagem competitiva para as empresas que receberam apoio estatal. A Lufthansa recebeu um pacote de socorro financeiro de € 9 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões) do governo alemão, o que ajudará a empresa a concorrer numa situação financeira melhor com companhias aéreas que receberam menos ou nada. O pacote de apoio às aéreas no Brasil, por exemplo, ficou em R\$ 6 bilhões. Se houver uma consolidação nesse setor, empresas mais sólidas acabarão absorvendo as mais fracas.

A pandemia deverá ainda favorecer a concentração de riqueza no futuro. Crianças de países ricos (ou crianças ricas em países pobres) tiveram prejuízo muito menor à sua educação do que crianças pobres de qualquer lugar. Em muitos domicílios brasileiros, a falta de internet e de computador impediu que as crianças acompanhassem o ensino à distância. É difícil ainda mensurar esse dano.

Esse processo de concentração econômica está levando a um forte aumento da desigualdade. A maior parte do mundo ficou mais pobre com a epidemia, mas algumas pessoas, empresas ou países perderam ou vão perder mais que outros. Após décadas de melhora, a pobreza no mundo vai aumentar neste ano.

A concentração econômica tende a reduzir a concorrência entre as empresas, o que afeta a inovação e a produtividade.

A vacinação começará a tirar o mundo da pandemia, mas os efeitos negativos vão persistir por muito tempo ainda. E parte deles talvez seja permanente.

Humberto Saccomandi é editor de Internacional. Escreve mensalmente às sextas-feiras

E-mail: humberto.sacomandi@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

“Se o debate continuar assim, estamos cavando a nossa sepultura”

Para Rui Costa, avanço do tráfico e de religiões na política precisa entrar na pauta, assim como pacto para 22

Por **Malu Delgado** — De São Paulo

11/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Lançada à Prefeitura de Salvador pelo PT, com apoio do governador da Bahia, Rui Costa, Major Denice Santiago foi abordada por uma mulher negra, como ela, de aproximadamente 30 anos, em frente a um colégio da capital, ao votar no dia do primeiro turno da eleição. Evangélica, a eleitora avisou: “Eu até queria votar na senhora, mas meu pastor disse que a senhora defende matar crianças”. Intrigada, a candidata rebateu, disse que defendia a vida. Pode até ser, segundo o governador, que ali a candidata tenha recebido um voto a mais.

“Mas quantos milhares de pessoas ouviram esses pastores falando que Denice era defensora do aborto? E diziam que era da macumba, do candomblé, só por que é negra, e tem uma tia do candomblé. Essa eleição foi marcada pelo aumento da participação das religiões no processo eleitoral, isso é nítido. As igrejas estão se envolvendo cada vez mais e se transformando quase em partido político. É fato”, afirmou Rui Costa, em entrevista ao **Valor**.

E não é só a participação das igrejas, com “fake news” sobre a pauta de costumes, que preocupa o governador, um dos pré-candidatos do PT para 2022. O envolvimento do crime organizado e do narcotráfico no processo eleitoral brasileiro, sustenta o petista, é também cada vez mais alarmante. Sem citar nomes, o governador diz que esses dois fenômenos foram observados em vários cantos da Bahia. Além da construção de um pacto político para o Brasil, Rui Costa destaca que esses dois temas não podem ficar fora da agenda.

O tráfico, observa, tem algumas linhas de atuação. Ou o crime lança um candidato, com financiamento milionário de campanha, ou interdita os nomes de quem não quer ver no poder. Em morros e comunidades, o governador disse ter ouvido relatos da população reclamando da intimidação explícita do crime organizado. “Eles arrancavam os cartazes de outros candidatos, e só deixavam do candidato escolhido. Intimidaram a população. ‘Aqui só o fulano de tal circula livremente’. Os outros, são ameaçados, intimidados”, conta Costa.

Para o governador, o problema é conjuntural e o Brasil precisa enfrentá-lo rapidamente. Provar que um candidato é financiado pelo tráfico, na hora do registro de candidatura, é tarefa quase impossível, reconhece. “Provar só se consegue com o tempo.” Mas o volume de dinheiro na campanha, comportamentos do candidato podem dar pistas importantes para uma investigação.

“É urgente o Brasil ter uma política nacional de segurança e combate ao crime organizado. Estão cada vez mais fortes, mais ousados, movimentando volumes vultosos de recursos, conseguindo liberdade com mais rapidez, para criminosos perigosos.” Rui Costa teme que a retração econômica de 2021, com o aumento do desemprego e o fim do auxílio emergencial, facilitem ainda mais o recrutamento de jovens desesperados pelo tráfico.

Sobre a influência religiosa, ele cita que “a Igreja Universal, na Bahia, em tese, está fechada com o DEM em todas as principais cidades do Estado”. “Pastores reproduziram aqui os mesmos conceitos de 2018, aquelas aberrações sobre os candidatos, na mesma linha das ‘fake news’ de 2018”, acrescentou.

Ainda um tanto perplexo após a reunião de governadores com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para tratar de um plano nacional de imunização contra a covid-19, Costa lamenta o atual estado das coisas da gestão brasileira. “Fica todo mundo perplexo, sem saber o que está sendo feito.”

Se o Brasil terá um plano de imunização ainda não se sabe, uma vez que o presidente da República, no quesito covid-19, desautoriza todas as ações do ministério quando a equipe tenta ir ao encontro da ciência e do bom senso. “Infelizmente, quando você elege um presidente pelo ódio não se pode esperar que o Brasil será tocado de forma diferente”, diz.

O governador afirma que é preciso enxergar em que estágio o país se encontra. “Estamos fechando o segundo ano de governo. O que foi feito nesses dois anos na infraestrutura, na educação? Me diga aí, o que foi feito? Qual é o plano, a proposta, o carro-chefe? Na saúde pública o que foi feito? Não tem plano de nada para nada, não tem plano de investimento para a infraestrutura, para a aviação, a indústria. Nada. É só perplexidade, o país patinando, o desemprego crescendo e a gente vendo a miséria aumentar”, lamenta o petista.

O próximo ano, sobretudo sob o ponto de vista fiscal, será muito pior que 2020, assegura Rui Costa, pois o estado de calamidade acabou injetando recursos na economia que evitaram o colapso. Não haverá esse caixa em 21.

Ao analisar o resultado das disputas municipais, na Bahia, Rui Costa rebate a tese de que o PT amargou derrotas. Os petistas não conseguiram eleger candidatos nem na capital, que seguirá nas mãos do DEM, nem em Feira de Santana e Vitória da Conquista, as maiores cidades. Na Bahia, o PT elegeu 32 prefeitos, e o DEM 37. O PSD e o PP vão administrar a maioria das cidades, mas não as maiores. E os dois partidos estão na base do petista. Em 2016, o PT havia eleito 39 prefeitos e o DEM, 38.

“A oposição tinha 60 cidades na Bahia em 2016 e agora em 2020 elegeu 70, de 417. Em termos de votos nominais, no PT somente, crescemos 300 mil votos na Bahia em candidatos do partido”, argumenta o governador.

O fato de Major Denice ter terminado a disputa com 18%, na avaliação de Costa, foi um feito, pois ela era absolutamente desconhecida. Sobre Feira e Conquista, o PT chegou ao segundo turno como favorito, e perdeu em ambas para o MDB. Em 2016, alega o governador, o desempenho do PT foi pífio. “Na política, você ganha quando sai maior do que entrou. Não necessariamente precisa ganhar a eleição. Não classifico como derrota.”

O governador também demonstra desconforto com a análise de derrota do bolsonarismo. E implica com os que insistem em transpor os resultados de 2020 para 2022.

“Essa relação nunca existiu na história do Brasil e esta longe de vir a existir.” Como exemplo, cita que perdeu a eleição ao governo em 2014 em cidades então governadas pelo PT. Em 2018, venceu em locais onde o DEM tinha as prefeituras. “Se eleição municipal fosse determinante para o cenário nacional”, acrescenta, “o que explicaria o fato de o MDB já ter tido mais de mil prefeitos no Brasil e nunca ter apresentado um candidato competitivo à Presidência”?

“E também não concordo que houve a derrota expressa do bolsonarismo.” O patamar de apoio do presidente, justifica, oscilou negativamente, mas segue em

torno de 30%. O petista alerta que em Fortaleza e no Rio os candidatos bolsonaristas chegaram ao segundo turno. “Eles ainda são fortes, na minha opinião, para a disputa para 2022, e não dá para minimizar isso, como se pudessem ser descartados.”

Outra tese que o governador não corrobora é o fortalecimento do centro. “[Guilherme] Boulos é centro?”, brinca. Se o eleitor brasileiro tivesse dado a guinada ao centro, o que explicaria o fato de o maior representante da esquerda, hoje, ter chegado ao segundo turno, na maior cidade do país, concorrendo, aí sim, com um candidato de centro, inquieta-se Rui Costa. No Rio, acrescenta, a disputa foi entre dois candidatos de direita. O centro, ali, na opinião de Costa, seria Martha Rocha, do PDT.

Já a análise de que a centro-esquerda, se pulverizada, poderá ficar do segundo turno em 2022, para Rui Costa, é procedente. Para tanto, segundo ele, os partidos e lideranças precisam iniciar uma conversa urgente que deixe de lado qualquer postulação de nomes. “Se o debate continuar assim, estamos cavando a nossa sepultura. Não chegaremos a nomes consensuais e poderemos perder espaço com essa pulverização, sendo que a população não terá conhecimento da viabilidade da nossa proposta.”

Na visão do governador, a centro-esquerda precisa começar a desenhar um projeto coeso de futuro para o Brasil, “uma proposta de recuperação”. O país, hoje, vive um cenário de insegurança política, jurídica e institucional que afasta por completo os investidores.

Ele enfatiza que, no Nordeste, os governos têm muitos resultados a mostrar. “Temos no Nordeste nove governadores, de partidos diferentes, e todos bem aprovados. Tem gestão administrativa inovadora, casos de sucessos. São governos de resultados, e isso precisa ser mostrado”, diz.

Em relação ao PT, Rui Costa concorda que o partido precisa fazer uma revisão. “Há consenso de que muitas coisas que precisam ser ajustadas no partido.” Como exemplo ele cita o fomento de novas lideranças, enfatizando que o próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva compartilha desta visão.

“Boulos simbolizou isso e o PT não. Se identificou com o novo e a preocupação social. E não é pela sigla. Evidente que ainda existiu um antipetismo em 2020, mas menor que 2016 e menor que 2018.”

Para Rui Costa, os governadores terão papel fundamental na costura do diálogo da centro-esquerda. E ele vai além: cita nomes, como Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, que precisariam ser agregados numa grande conversa nacional sobre o futuro do país. “É possível um diálogo com todos, criar condições para que num segundo turno a gente consiga agregar todo mundo numa candidatura viável. Tem espaço para isso, sou muito otimista.”

Todas as lideranças políticas responsáveis estão preocupadas com o Brasil, acrescenta. “O que a população tinha para arriscar, já arriscou tudo em 2018 e já se arrependeu. Isso pra mim está claro.” O petista vê uma candidatura de Luciano Huck com descrédito. “Não é trivial isso, sair e achar que senta na cadeira de presidente sem conhecer o Brasil, sem conhecer administração pública. Não se trata de índice de popularidade pra quem tem programa de auditório. Isso não leva ninguém a ser gestor público.”

As conversas sobre 2022 não podem ficar apenas para um segundo turno, diz. “Não podemos ter esse horizonte de só construir aliança no segundo turno. Vamos conversando, ajustando, e lá na frente se algumas candidaturas afunilarem, ótimo. O que não pode é a centro-esquerda pulverizar.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

PSYCHICMONDAY